

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTOR TAVARES BARBOSA

**A INTERNACIONALIDADE DAS IDEIAS MARXISTAS E DO MOVIMENTO
COMUNISTA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS
NEGROS NOS EUA NA DÉCADA DE 1960**

Recife

2017

**FACULDADE DAMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

VICTOR TAVARES BARBOSA

**A INTERNACIONALIDADE DAS IDEIAS MARXISTAS E DO MOVIMENTO
COMUNISTA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS
NEGROS NOS EUA NA DÉCADA DE 1960**

Monografia desenvolvida pelo aluno Victor Tavares Barbosa, orientada pelo Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

B238i Barbosa, Victor Tavares.
A internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista e sua influência sobre movimentos político-sociais negros nos EUA na década de 1960 / Victor Tavares Barbosa. – Recife, 2018. 76. : il. col.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2018.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Internacionalidade das ideias marxistas. 3. Movimento comunista. 4. Movimentos negros nos EUA na década de 1960. I. Soares, Pedro Gustavo Cavalcanti de. II. Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2017-029)

VICTOR TAVARES BARBOSA

**A INTERNACIONALIDADE DAS IDEIAS MARXISTAS E DO MOVIMENTO
COMUNISTA E SUA INFLUÊNCIA SOBRE MOVIMENTOS POLÍTICO-SOCIAIS
NEGROS NOS EUA NA DÉCADA DE 1960**

Monografia desenvolvida pelo aluno Victor Tavares Barbosa, orientada pelo Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Área de concentração: Relações Internacionais

Aprovação: __ dezembro 2017.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Pedro Gustavo Cavalcanti Soares

Orientador

Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC

Prof. Dr.^a Joyce Helena Ferreira da Silva

Avaliadora

Faculdade Damas da Instrução Cristã - FADIC

Prof. Dr.^a Maria Lúcia Barbosa

Avaliadora

Universidade Católica de Pernambuco - Unicap

*A todas as pretas e pretos que lutaram
pelo meu direito de estar aqui.*

Agradecimentos

Agradeço a todos que me fortaleceram.

*“Oh but my joy of today
Is that we can all be proud to say
To be young, gifted and black
Is where it's at”
(Nina Simone)*

Resumo

Este trabalho preocupa-se em estudar a internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista e sua influência sobre movimentos político-sociais negros nos Estados Unidos na década de 1960. A monografia é estruturada no embasamento teórico do marxismo enquanto uma teoria das Relações Internacionais, apresentando também correntes teóricas da doutrina marxista, como o leninismo, o dependentismo e o wallersteinismo; histórico do comunismo internacional, partindo das Revoluções russas, englobando aspectos geopolíticos da URSS, a Revolução Chinesa, considerações a respeito do socialismo na África e as primeiras investidas do comunismo nos EUA; por último, é explanado a relação entre os negros estadunidenses e as ideias marxistas, com ênfase no Partido dos Panteras Negras e no *Revolutionary Action Movement*.

Palavras-chave: Internacionalidade das ideias marxistas, movimento comunista, movimentos negros nos EUA na década de 1960.

Abstract

This paper concerns the study of the internationality of Marxist ideas and the communist movement and its influence on black political-social movements in the United States in the 1960s. The study is structured on the theoretical background of Marxism as a theory of International Relations, presenting also theoretical currents of the Marxist doctrine, such as leninism, dependencism and wallersteinism; the history of international communism, starting with the Russian Revolutions, encompassing geopolitical aspects of the USSR, the Chinese Revolution, considerations about socialism in Africa and the first advances of communism in the USA; Lastly, it's explained the relation between the American blacks and the Marxist ideas with emphasis on the Black Panther Party and the Revolutionary Action Movement.

Keywords: internationality of Marxist ideas, communist movement, black movements in the USA in the 1960s.

Lista de ilustrações

Tabela 1 - Ganhos anuais médios dos trabalhadores assalariados nos EUA no decorrer do século XX.....	48
--	----

Sumário

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	EMBASAMENTO TEÓRICO.....	12
2.1	O marxismo e o debate das Relações Internacionais.....	12
2.2	Lênin e o imperialismo.....	19
2.2.1	O marxismo-leninismo.....	21
2.3	Os dependentistas e o wallersteinismo.....	22
2.4	Contribuições marxistas para a análise das Relações Internacionais.....	25
3	COMUNISMO INTERNACIONAL.....	28
3.1	Revolução Russa e a Revolução Mundial.....	28
3.2	O comunismo internacional.....	32
3.2.1	O Pacto Molotov-Ribbentrop.....	35
3.2.2	Esferas de influência.....	36
3.3	Revolução Chinesa.....	37
3.4	A África e o contexto socialista.....	39
3.5	Investidas nos Estados Unidos.....	41
4	QUESTÃO NEGRA NOS ESTADOS UNIDOS.....	45
4.1	Consciência de classe vs consciência de raça.....	45
4.2	Considerações sobre a qualidade de vida dos negros nos EUA no século XX.....	47
4.3	A questão negra: o papel do negro no comunismo estadunidense.....	49
4.4	Nacionalismo negro e o nacionalismo revolucionário.....	53
4.5	Os Panteras Negras.....	58
4.6	<i>Revolutionary Action Movement</i>	65
4.7	<i>Black Power</i>	66
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	72

1 Introdução

O estudo das Relações Internacionais, enquanto uma ciência vasta e cheia de possibilidades, permite abordagens que estão para além de análises que se resumem às relações entre Estados nacionais. Tendo em vista a pluralidade de cenários possíveis para a interação e relação entre os atores internacionais, este trabalho pretende tratar como as ideias de cunho internacional que emanaram de Marx no século XIX foram capazes de se solidificar não só como uma teoria das Relações Internacionais, mas também ganhar forma em sujeitos ativos do cenário internacional. Esses sujeitos mencionados dizem respeito a movimentações político-sociais inspiradas no marxismo que se espalharam por todo mundo no decorrer do século XX. Tendo por início o movimento revolucionário russo e aquela que é considerada a revolução-farol para todas as outras, a Revolução de Outubro, e foi se desdobrando a ponto de penetrar e influenciar grupos dentro da sociedade, que após a Primeira Guerra Mundial, já era o maior símbolo mundial do capitalismo, a estadunidense.

Assim, em um primeiro momento, o trabalho foca na gênese da internacionalidade das ideias marxistas e no marxismo enquanto uma teoria das Relações Internacionais, considerando-se não apenas que o marxismo parte da premissa que o proletariado é um elemento internacional e os movimentos para libertá-lo devem ser também internacionais, mas também que marxismo e suas correntes (como o leninismo, os dependentistas e o wallersteinismo) têm muito a contribuir para as Relações Internacionais, principalmente devido a sua abordagem de análise estrutural e sua ênfase nos processos históricos, atando o doméstico ao internacional, o econômico ao político.

A segunda parte do trabalho diz respeito a uma análise de como a internacionalidade das ideias marxistas ganharam forma a partir da Revolução Russa de outubro de 1917 e da formação da URSS e se espalharam por todo o cenário internacional. Ficando perceptíveis através dos aspectos geopolíticos do movimento, na cultura política e nas estratégias do Estado soviético. Que estava na posição de vanguarda e tentava coordenar, através do Komintern, os partidos e as movimentações do comunismo internacional. Há um enfoque também no papel da Revolução Chinesa, na relação de certos países africanos com o comunismo e nas primeiras investidas comunistas nos Estados Unidos e a relação das mesmas com os negros estadunidenses.

Posteriormente, é discutida a dualidade entre o marxismo e os negros que se estabelece nos Estados Unidos. Por um lado, havia o Estado soviético, que por meio do Komintern, tentava criar um vínculo entre o partido comunista do país e os movimentos negros estadunidenses, tendo em vista que para eles, as condições de vida, a discriminação e a exploração que os negros sofriam os tornavam o elemento mais radical e com maior possibilidade de dar início a uma revolução socialista no país. Por outro, havia movimentações que conversavam direta e indiretamente com a resolução do Komintern de que os negros estadunidenses constituíam uma questão colonial. Mas também existiram grupos (como os Panteras Negras e o *Revolutionary Action Movement*) que mesmo inspirados pelo Revolução de Outubro, estavam longe da zona de interferência da URSS e mesmo assim buscaram no marxismo e na luta de classes uma explicação e solução para os problemas enfrentados pelos negros frente a sociedade estadunidense. E que, além do mais, adotaram uma postura voltada ao internacional, anti-imperialista, anticolonial, de solidariedade aos países do terceiro mundo e a revolução mundial socialista.

2 Embasamento Teórico

2.1 O marxismo e o debate das Relações Internacionais

A doutrina marxista nasce já tendo na sua essência a internacionalidade, principalmente, devido a percepção de Marx que o capitalismo é uma força de abrangência global e que suas atividades têm caráter expansionista e universalizante. No entanto, não houve uma preocupação por parte do autor em propriamente construir uma teoria das Relações Internacionais, essa aparece inserida em um agrupamento teórico mais amplo. Esse fato não anula as contribuições de Marx e do Marxismo para a área, uma vez que, o pensamento marxiano e toda corrente marxista de teóricos apresentam uma abordagem estrutural a respeito do mundo, que de certa forma, concede explicações não convencionais (não centradas no papel do Estado) no âmbito das Relações Internacionais.

Então, tendo em vista a existência do sistema internacional de Estados e as dinâmicas do capitalismo, uma estratégia e política a nível internacional eram imprescindíveis dentro da doutrina marxiana. A própria possibilidade da existência (e da sobrevivência) da revolução socialista está diretamente atrelada ao sistema internacional, posto que questões como desenvolvimento desigual, disparidade de forças, história e geografia são pontos-chave para a concepção de revolução e têm ressonância internacional (HOBSBAWN, 1979). É válido grifar o posicionamento de Hobsbawn (1979) quanto a análise política de Marx e Engels, onde o historiador destaca algumas das peculiaridades da internacionalidade das ideias marxistas:

Tomar a análise política de Marx e Engels fora de sua dimensão internacional equivaleria a representar o *Otello* desligado do ambiente de Veneza. Para eles, a revolução era fundamentalmente um fenômeno internacional e não um simples agregado de transformações nacionais. Sua estratégia foi essencialmente internacional. Não é por acaso que a *Mensagem Inaugural* de Marx à Internacional se encerrava convidando as classes operárias a “penetrar os mistérios da política internacional” e nela participar ativamente. (HOBSBAWN, 1979, P. 330)

Dessa forma, como dito, na visão marxiana, o capitalismo é fundamentalmente um fenômeno internacional de caráter expansionista e universalizante. Sem pormenorizar, isso decorre devido à saturação do mercado, não havendo assim uma demanda pela produção capaz de manter os altos índices de lucro; mas a expansão do capitalismo também está ligada a busca de matéria prima e força de trabalho mais baratos, dentre outros fatores. Rosa

Luxemburgo (1970), celebre marxista e crítica do movimento e do rumo tomado pela URSS, em seu livro *Acumulação do Capital* baseado em uma análise dos volumes II e III do *Capital* de Marx discorre a respeito da política imperialista e suas razões econômicas. Então, é interessante destacar o posicionamento da autora com relação ao traço expansionista do capitalismo que o faz superar as barreiras nacionais:

Para ampliar sua produção, o capitalista necessita de meios de produção adicionais e de força de trabalho, assim como de meios de subsistência para os operários; dessa forma, a existência de tudo isso depende de elementos, circunstâncias, processos [...] Para poder vender sua massa de produtos aumentada, ele necessita de um mercado mais amplo [...]. (LUXEMBURGO, 1970, p. 24)

O estudo clássico das Relações Internacionais tem como ponto de partida a existência de vínculos formais entre Estados soberanos, tais relações acarretam a aceitação total do conceito de Estado e Nação (VIGENANI, et al, 2011). Atentando-se a isso, há no marxismo, enquanto teoria sob o prisma das Relações Internacionais, uma redução do papel do Estado atrelada a dois pontos basilares desta teoria: a função estruturadora das relações de produção e as classes sociais (VIGENANI, et al, 2011).

Ao discorrerem no tocante do Estado, Marx e Engels (1998) chegaram a conclusão que o Estado – e a ideia de nação – é um resultado dos interesses das classes dominantes, em especial, da burguesia e da nobreza, objetivando a imposição do seu controle. Então, sob essa perspectiva dos autores, ao adotar a representação da nação, é legitimada pela burguesia a sua dominação por intermédio do controle ideológico e político do Estado. A partir dessa premissa de que Marx nega o conceito tradicionalmente aceito de Estado nas Relações Internacionais e que não há também nos escritos do mesmo uma preocupação direta com as relações entre os Estados, Mármora (1986) ressalta que o conceito que nação para Marx está diretamente atrelado ao conceito de hegemonia burguesa e complementa que:

En un esfuerzo plenamente justificado, proveniente das las raíces libertarias de su pensamiento, Marx trató de refutar el concepto hegeliano del estado concebido como lá única realidad verdadera (porque racional), separada e independiente de la esfera privada de la “sociedade civil”. Pero tratando de negar y desmitificar así la supuesta “soberania” del Príncipe, Marx invirtió las relaciones, convirtiendo entonces a estado y nación em variables dependientes o simpels reflejos de la sociedade civil. (MÁRMORA, 1986, p. 10).¹

¹ “Em um esforço totalmente justificado, derivado das raízes libertárias do seu pensamento, Marx tentou refutar o conceito hegeliano do Estado concebido como a única realidade verdadeira (pois racional), separada e independente da esfera privada da sociedade ‘civil’. Mas, tentando negar e assim desmistificar a chamada ‘soberania’ do Príncipe, Marx inverteu as relações, convertendo o Estado e a nação em variáveis dependentes ou reflexos simples da sociedade civil” em tradução livre. MÁRMORA, Leopoldo. *El concepto socialista de nación*, México: Singlo XXI, 1986, p. 10.

Marx sabia da importância do Estado e de suas relações, mas diferentemente de autores do realismo, por exemplo, argumentou que as relações entre Estados eram relevantes, porém “secundárias” e “terciárias” se comparadas aos modos de produção e suas dinâmicas de desenvolvimento; “*secondary and tertiary matters; in general, derivative, inherited, not original relations of production. Influence here of international relations*” (MARX, 1973, p.9)² Na perspectiva de que o entendimento da hegemonia burguesa leva a compreensão das relações entre as nações e a sua natureza, Marx e Engels (1998), discorrem que a maneira a qual a produção material de uma sociedade é feita define a história – história num sentido de organização política e representação intelectual de uma era. Sendo assim, o modo de produção espelha a configuração utilizada pela sociedade para organizar as suas dinâmicas produtivas e as relações sociais de produção. Essa conformação varia de acordo com o período histórico, por exemplo, no capitalismo, um dos temas-núcleo do marxismo, as relações sociais de produção e as dinâmicas produtivas dizem respeito a relação daqueles que detêm a força de trabalho com aqueles que têm os meios de produção, proletariado e burguesia, respectivamente.

Assim sendo, de acordo com Marx e Engels (1998) é importante o conhecimento da constituição da infraestrutura, que por sua vez, refere-se às forças produtivas – ou seja, tudo aquilo que permite a produção como máquinas e técnicas, por exemplo – e as relações de produção relativas às relações entre aqueles que detêm os meios de produção e aqueles que são possuidores apenas da força de trabalho. Deste modo, essa infraestrutura estabelece a superestrutura formada pelas instituições jurídicas, políticas e ideologias de um período histórico. Historicamente, Marx e Engels levam em consideração a estrutura enquanto instrumento modificador dos agentes – o Estado, por exemplo (SARFATI, 2005). A análise do tipo estrutural relativa ao marxismo esclarece as relações internacionais por meio de sua procura em compreendê-las de maneira a ressaltar suas características essenciais, estabelecidas através das relações sociais, formas de produção e por meio do desenvolvimento da técnica, ou seja, determinadas pelos interesses de classe (VIGENANI, et al, 2011).

Vigenani, et al (2011) discutem que o marxismo clássico propõe que é essencial para o conhecimento de como as relações se processam entre as unidades políticas de um determinado período histórico, observar inicialmente o estado de evolução das forças

² “Assuntos secundários e terciários; em geral, derivados, herdados, relações de produção não originais. Influência de relações internacionais.” em tradução livre. MARX, Karl. *Grundrisse*. EUA: Random House, 1973. p. 9.

produtivas para saber o modo de produção dominante e como se desdobram as relações sociais de produção. “[...] faz-se necessário o estudo das forças produtivas para o entendimento das relações e do sistema internacional” (VIGENANI, et al, 2011, p. 129).

Para o entendimento da história, segundo Marx e Engels (1998), faz-se necessário entender a maneira como as sociedades organizam-se economicamente, como esses modelos se mantêm e como decaem. Vale ressaltar, que assim como o capitalismo substituiu o feudalismo, dentro do pensamento marxiano acredita-se na inevitabilidade do capitalismo sucumbir dando lugar a um novo modelo, o comunismo, onde todas as classes sociais seriam eliminadas; “à tendência a estagnação, à concentração do capital e à queda da taxa de lucro conduziriam o capitalismo ao declínio como sistema econômico global” (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.106). Nessa perspectiva, todo modo de produção nasce e, no decorrer do seu desenvolvimento, manifesta debilidades em seu interior que acarretarão o enfraquecimento desse sistema até atingir um nível que o mesmo entra em crise, e no seu interior surge um novo modo de produção (MARX e ENGELS, 1998). Linklater (2005) complementa que:

[...] Marx believed that class struggle had been the principal form of conflict in the whole of human history. Political revolution had been the main agent of historical development while technological innovation had been the driving-force behind social change. [...] Put differently, human beings do not only modify nature by working on it; they also change themselves and develop new hopes and needs. The history of the development of the human species could be understood only by tracing the development of the dominant modes of production which, in the West, included primitive communism, slave societies, feudalism and capitalism which would soon be replaced socialism on an international scale (LINKLATER, 2005, p. 114)³

Nogueira e Messari (2005) abordam que Marx, mesmo não tendo escrito em seus trabalhos de forma particular a respeito dos temas envoltos a política internacional, contribuiu singularmente para a expansão de uma perspectiva crítica das relações internacionais tendo em mente alguns pontos centrais de sua teoria.

³ “[...] Marx acreditava que a luta de classes tinha sido a principal forma de conflito em toda a história humana. A revolução política tinha sido o principal agente do desenvolvimento histórico, enquanto a inovação tecnológica tinha sido a força motriz da mudança social. [...] Em outras palavras, os seres humanos não apenas modificam a natureza trabalhando nela; eles também se transformam e desenvolvem novos desejos e necessidades. A história do desenvolvimento da espécie humana só pode ser entendida através do rastreamento do desenvolvimento dos modos de produção dominantes que, no Ocidente, incluíam comunismo primitivo, sociedades escravocratas, feudalismo e capitalismo que em breve seria substituído pelo socialismo em uma escala internacional.” em tradução livre. LINKLATER, Andrew. Marxism. In: BURCHILL, S., et al. *Theories of international relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 114.

À luz do marxismo, a concepção da história parte do princípio que as relações humanas são um resultado de sua própria ação, e não fruto de forças que estão para além do nosso controle, como forças da natureza. Então, tendo em vista a determinação histórica, o marxismo especifica que a conduta presente é influenciada pela história passada; e entender esse processo formativo é essencial para o entendimento da realidade e, em um segundo momento, para a mudança do mesmo. Enquanto produto social, a realidade é feita pelo próprio homem, ao qual é um histórico, desta forma, não há como desliga-lo do contexto em que está inserido. Por meio dessa concepção é possível observar o início das formas do atual sistema doméstico e internacional (PECEQUILO, 2004). Em suma, Marx (2000) afirma que as pessoas fazem sua própria história e, no processo, determinam o que significa ser humano num certo contexto sócio-histórico. Ademais, o autor relata que:

Men make their own history, but they do not make it just as they please; they do not make it under circumstances chosen by themselves, but under circumstances directly encountered, given, and transmitted from the past. The tradition of all the dead generations weighs like a nightmare on the brain of the living. (MARX, 2000, p. 329)⁴

Nogueira e Messari (2005) explicam, ao tratar o marxismo enquanto uma teoria das Relações Internacionais, que o pensamento marxiano compreende o sistema de Estados como uma maneira característica de organizar comunidades políticas de acordo com o conceito de nação e territorialidade, e não como um sintoma e laços culturais apoiados em certos traços naturais comuns como raça e etnia. Ademais, tendo isso em vista, os autores afirmam:

Marx mostrou como tais formações históricas resultam do desenvolvimento, sempre contraditório, das relações de produção no interior das sociedades. Uma consequência importante dessa perspectiva é colocar os homens e mulheres no centro da história como sujeitos, e não como objetos passivos e forças sobrenaturais ou a natureza. (NOGUEIRA E MESSARI, 2005, p. 106).

Na visão Marx e Engels (1998), o desenvolvimento da história parte da luta de classes e as classes são os principais agentes tanto do âmbito político internacional quanto doméstico. E os conflitos, contradições e mudanças presentes no sistema internacional são resultado do próprio desenvolvimento capitalista, da relação de exploração da burguesia para com o proletariado.

⁴ “Os homens fazem sua própria história, mas eles não fazem isso da forma de querer; eles não fazem isso em circunstâncias escolhidas por eles mesmos, mas sim em circunstâncias encontradas, dadas e transmitidas pelo passado. A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo no cérebro dos vivos.” em tradução livre. MARX, Karl. *Selected writings*, 2nd edn, David MacLellan (ed.) Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 329.

Em conformidade com Pecequillo (2004), à luz do marxismo, o sistema internacional é resultado de fatores econômicos e representa um espaço caracterizado pelo interesse de classe. O cenário internacional e suas dinâmicas são controlados pela burguesia e com isso sofrem a imposição de suas normas e valores. Tendo o proletariado e a burguesia como agentes internacionais, a relação dos mesmos e suas expressões geram os Estados e Organizações Internacionais, por exemplo. Sendo assim, os atores internacionais não são apenas representações jurídicas, porém agrupamentos constituídos da premissa e relações sociais específicas que ocasionam certa dinâmica material interna que se amplifica por todo sistema internacional. Em outras palavras, o sistema internacional é resultado da dinâmica do modo de produção capitalista.

A modificação desse sistema internacional regido primordialmente pelos interesses das burguesias seria efetivada por meio da superação do capitalismo através da revolução socialista. Essa emancipação do proletariado ocorreria nos limites entre o Estado-nação e o cenário internacional. O pensamento marxiano presumia que a luta de classes se internacionalizaria tendo em vista que a exploração do trabalho é uma questão social que envolve todos os países do globo. Considerando-se a relevância de uma estratégia revolucionária que tivesse proporções internacionais, Marx apoiou a fundação e organização da Associação Internacional dos Trabalhadores, também conhecida como a Primeira Internacional Socialista, em 1864, em Londres. A organização tinha um acentuado potencial de articulação das atividades revolucionárias em várias partes do mundo, fazendo com que a solidariedade, apontada por Marx como causa do fracasso das revoluções de 1848, fosse então alcançada (MARX, 1992).

Trotsky (1985), ilustre figura da Revolução de Outubro e do comunismo internacional, que disputou a posição deixada por Lênin dentro da estrutura da URSS e do movimento comunista, acrescenta que o caráter internacional da revolução socialista é resultado do estado da economia e da estrutura social da humanidade. Além disso, o autor ressalta que esse internacionalismo é uma consequência – política e teórica – da natureza global da economia, do desenvolvimento mundial das forças produtivas e do impulso universal das lutas de classes. Sendo assim, a revolução teria seu início no âmbito nacional, porém assim não poderia permanecer, tendo que se expandir para o cenário internacional.

Marx e Engels (1998) explicitam que devido a mobilidade do capital faz com que a burguesia se caracterize enquanto uma classe internacional capaz de criar raízes em qualquer

parte mundo. Nessa linha de pensamento, os autores acrescentam que o proletariado é não só uma classe internacional, mas também sem pátria, devido aos operários serem explorados por todo o mundo e também por ser formado por relações sociais capitalistas, que por sua vez, foram universalizadas por todo o mercado mundial. Em contrapartida a essa configuração universalizada da subjugação capitalista, sua reprodução social ocorre no âmbito nacional, ou seja, no cenário doméstico. Por se manter associado à identidade nacional, o proletariado está sujeito a barreiras capazes de dividi-lo e enfraquecê-lo como o nacionalismo e racismo. Fazia-se necessário, então, solidariedade e união entre os trabalhadores de todo o mundo. O caminho para a emancipação do proletariado residia desta forma numa estratégia internacional (MARX e ENGELS, 1998).

Tendo isso em mente, Linklater (2005) relata que a ideia de “socialismo em um só país” era irrelevante do ponto de vista de Marx em relação às circunstâncias da globalização do capitalismo. Então, a liberdade da classe proletária só poderia ser atingida por meio da solidariedade e união numa escala global. O autor acrescenta que esse é um dos motivos que fez Marx trabalhar pouco a respeito das relações entre Estados e focado no significado da globalização capitalista na luta para se alcançar liberdade e igualdade. Nessa perspectiva, Trotsky (1985) destaca que a revolução proletária não deveria se isolar, mas sim ultrapassar as barreiras nacionais:

Se o Estado proletário continuar isolado, ele, ao cabo, sucumbirá vítima dessas contradições. Sua salvação reside unicamente na vitória do proletariado dos países avançados. Deste ponto de vista, a revolução nacional não constitui um fim em si, apenas representa um elo da cadeia internacional. A revolução internacional, a despeito de seus recuos e reflexos provisórios, representa um processo permanente. (TROTSKY, 1979, p. 24-25)

Marx (1985) enfatiza que o Estado assumiu um posicionamento deveras repressor para com os movimentos trabalhistas. Simultaneamente, agindo para dispersar o proletariado – desorganizá-lo – e criando novas formas de acumulação do capital a nível global. Vale salientar, que no pensamento marxiano, o Estado se caracteriza enquanto um representante dos interesses da burguesia. Então, para se livrar das correntes opressoras burguesas, o proletariado deveria reconhecer-se enquanto uma classe universal, capaz de superar todas as formas de opressão, suplantando, dessa forma, as fronteiras nacionais e destruindo o Estado burguês. Tendo isso em vista, Sarfati afirma que:

O comunismo somente poderia ser alcançado em uma situação na qual todos os Estados do mundo tivessem à fase da ditadura do proletariado. Nessa situação, todas as classes seriam abolidas definitivamente e a própria razão de

ser do Estado desapareceria. Daí o chamado internacionalismo [...] (SARFATI, 2005, p. 114)

Rosa Luxemburgo (1970) afirma a dependência dos países subdesenvolvidos para com os países centrais industrializados (em outras palavras, o imperialismo e suas raízes econômicas) é causada pela permanente necessidade de expansão do capitalismo que transformou a produção capitalista em um processo global. No entanto, segundo a autora, o sistema capitalista – e o imperialismo, não suportaria suas próprias contradições e estaria assim fadado a colapsar.

2.2 Lênin e o imperialismo

Marx acaba que concentrando seu foco de estudo nos desdobramentos internos do Estado mais do que que nas relações exteriores do mesmo, porém Lênin formulou uma teoria marxista que mais se aproxima de uma das Relações Internacionais clássica. Ele seguiu as mesmas premissas que Marx: acumulação, luta de classes e movimento do capital. E apesar de ter continuado em sintonia com Marx ao manter nas relações de classe a origem dos conflitos internacionais, o pensamento leniniano primou em inserir o processo revolucionário russo na conjuntura internacional e introduzir as bases teórico-científicas para uma estratégia revolucionária que deveria ser internacional. Em o “O Imperialismo, etapa superior ao capitalismo” (2011), Lênin define imperialismo como:

[...] O imperialismo é a fase monopolista do capitalismo. Essa definição compreenderia o principal, pois, por um lado, o capital financeiro é o capital bancário de alguns grandes bancos monopolistas fundido com o capital das associações monopolistas e indústrias, e, por outro lado, a partilha do mundo é a transição da política colonial que se estende sem obstáculos às regiões ainda não apropriadas por nenhuma potência capitalista para a política colonial de posse monopolista dos territórios do globo já inteiramente repartido. (LÊNIN, 2011, p. 217).

Dentro dos escritos de Lênin quanto ao imperialismo e ao movimento comunista internacional, há duas questões que se sobressaem: primeiro, a junção do proletariado às organizações militares nacionais para lutar na guerra imperialista; segundo, a deficiência da teoria marxista no que diz respeito da afirmação que o capitalismo sofreria crises cada vez maiores devido a suas próprias contradições e inevitavelmente declinaria dando lugar ao comunismo (LÊNIN, 2011). Indo de encontro a Marx, Lênin aborda que componente engatilhador dos processos revolucionários reside nas contradições dos Estados-nações capitalista-imperialistas, no pensamento marxiano os elementos capazes de desencadear a revolução são os contrastes presentes nas forças sociais de produção e as relações de produção capitalista (LÊNIN, 2011). Sendo assim, a teoria leninista de imperialismo inclina-se para a

priorização das contradições horizontais no âmbito internacional, deixando um pouco de lado a visão marxiana de que os conflitos internos de classe levariam a revolução mundial. O fluxo das forças no campo internacional deixa de ser ditado pelas classes, como explicitado por Marx e Engels (1998), e passa a ter uma dinâmica específica determinada pelas desigualdades entre os Estados.

Sendo assim, sob a luz de Lênin (2011) o imperialismo aproximasse de uma teoria a respeito de Estados-nação que apresentam capacidades de poder diferentes, fruto de um desenvolvimento não-igualitário de suas forças produtivas. E as lutas anti-imperialistas são propensas a penderem para o nacionalismo, o que contrasta com a luta proletária internacional contra o capitalismo.

O capitalismo baseia-se teoricamente nos princípios da livre concorrência, mas na prática apresenta ações contrárias a esse conceito, enfatizando a formação de monopólios, que são inversamente proporcionais a competição. As consequências da formação desses monopólios foram, segundo o autor, a falência de pequenas empresas e a perda de emprego por milhares de trabalhadores (LÊNIN, 2011). O nível atingido pela concentração do capital veio a criar monopólios que têm uma função central na economia dos países, as bases capital financeiro ou da oligarquia financeira são resultado da fusão do capital bancário com o capital industrial, nessa nova fase do capitalismo há uma diferenciação entre a exportação de capital e a exportação de *commodities*, o mundo é dominado pelas formações monopolistas capitalistas internacionais e a divisão territorial entre as potências capitalistas chegou ao fim, mas as dinâmicas do capitalismo criarão a necessidade de novos mercados, o que levará o mundo a guerra (LÊNIN, 2011).

Tendo isso em vista, Lênin (2011) trata que existe uma grande necessidade do capital financeiro de se internacionalizar, de maneira a conseguir maximizar seus lucros e extrair mais. Tal necessidade fez com que essa associação entre bancos, indústrias e governos fosse configurada objetivando a garantia da expansão do capital, singularmente do capital das empresas multinacionais. Levando isso em conta, a natureza capitalista imperialista era conflituosa, pois os interesses econômicos aos quais os Estados eram representantes irremediavelmente entrariam em conflito por novos mercados – zonas de lucro.

Ao abordar os problemas enfrentados pelo capitalismo, Lênin (2011) destaca a relevância de três temas: o excesso de produção, o baixo consumo e fartura de poupança dos capitalistas. Isso seria resultado da exploração dos trabalhadores, fazendo com que pagassem

baixos salários e tivessem grandes lucros, no entanto, isso fez com que se cria-se um excesso de produção, uma vez que não havia como o mercado interno absorver toda aquela produção. Tendo isso em vista, a saída encontrada por esses países capitalista-imperialistas foi colonialismo, escoando, assim, o excesso de bens para as colônias. Essa expansão capitalista em busca de novos mercados harmoniza-se aos processos dessa nova fase do capitalismo, em que é essencial a exportação do capital excedente para a sua reprodução, formando, então, um componente de imobilização da tendência à estagnação e perda de lucros, que segundo Marx e Engels (1998) levaria ao fim do capitalismo.

2.2.1 O marxismo-leninismo

A imagem de Lênin, enquanto líder da Revolução bolchevique e teórica, marcou não só a história da URSS, mas também toda a corrente de pensamento marxista. O impacto do revolucionário foi tamanho que se criou a partir de suas ideias o chamado marxismo-leninismo. Assim, na visão de Bottomore (1988), o marxismo-leninismo diz respeito do desenvolvimento da concepção científica proposta por Marx e Engels. Nessa perspectiva, o marxismo-leninismo se apresenta como uma ciência das leis de desenvolvimento da natureza e da sociedade, que explica as relações causais entre a sociedade e o homem e também explica o caminho à sociedade sem classes comunista. Os elementos básicos do marxismo-leninismo são o materialismo dialético e o materialismo histórico como métodos de análise, a economia política enquanto estudo das relações das classes com os meios de produção e o nível das forças produtivas, ademais, a teoria do comunismo científico (BOTTOMORE, 1988). Lukács (2012) complementa a respeito do elo entre o marxismo-leninismo e o materialismo histórico e dialético característicos do marxismo clássico:

O leninismo significa que a teoria do materialismo histórico está ainda mais próxima das lutas diárias do proletariado, já que se tornou ainda mais prática do que podia ser no tempo de Marx. Assim, a tradição do leninismo só pode consistir em conservar em conservar – sem falseá-la nem a enrijecê-la – essa função viva e vivificante, rica e enriquecedora do materialismo histórico. Por isso, repetimos, Lenin devem ser estudado pelos comunistas como Marx foi estudado por Lenin (LUKÁCS, 2012, p. 101).

Procurando definir de uma forma mais específica o marxismo-leninismo, Bottomore (1988) discorre que o mesmo é uma inclinação, no âmbito do movimento marxista, que aceita as principais contribuições teóricas de Lenin ao marxismo revolucionário. Sendo assim, é um pensamento referente a tomada de poder para e pelo proletariado e da construção da sociedade socialista que ratifica a ação revolucionária do partido em nome da classe operária; nesse viés, “os leninistas veem o marxismo como uma práxis de classe revolucionária voltada

fundamentalmente para a tomada do poder para e pelo proletariado” (BOTTOMORE, 1988, p. 339).

Assim, comparando o marxismo-leninismo ao marxismo clássico, o primeiro atribui um papel maior aos trabalhadores revolucionários – operários e camponeses – do que um proletariado revolucionário enquanto tal. Nesse mesmo viés, para o marxismo-leninismo, existe uma probabilidade maior de acontecer a revolução socialista nos países subdesenvolvidos e/ou com histórico de domínio colonial (esses países seriam o elo mais fraco do capitalismo), e não nos países capitalistas economicamente avançados (Bottomore, 1988).

A vitória da Revolução e Outubro, encabeçada pelos bolcheviques, levou muitos leninistas a assimilar o leninismo com a prática do Estado soviético enquanto uma forma de representação de representação da ditadura do proletariado a nível mundial. Essa visão está estritamente vinculada a Stalin e seus partidários, para os quais as aspirações do proletariado internacional era igual aos da URSS. No período pós-Lênin e enquanto Stalin esteve no poder, o leninismo foi apresentado como uma ideologia de legitimação utilizada pelos governantes soviéticos no movimento comunista internacional (BOTTOMORE, 1988).

Na concepção de Braz (2015), as maneiras de incorporação do pensamento leniniano, o desenvolvimento do leninismo, assim como a criação do marxismo-leninismo (com destaque a versão de Stalin) devem ser identificados como uma continuidade da influência que a autoridade teórica e política de Lênin acabou exercendo por gerações seguintes a sua morte em 1924, no entanto, ao mesmo tempo, não podem ser confundidas com próprias ideias de Lênin. Assim, para o autor, Lênin deve ser tratado como um clássico do marxismo e do pensamento revolucionário.

2.3 Os dependentistas e o wallersteinismo

No prisma das Relações Internacionais, a doutrina de Marx e Engels, no século XX, se mantém influente e expande seus domínios, principalmente, com a contribuição de Lênin e sua teoria imperialista, no entanto, outras correntes como a dependentista e a wallersteinista ajudaram a enriquecer o debate marxista dentro das Relações Internacionais.

Na segunda metade do século XX, na América Latina, foi desenvolvida a Teoria da Dependência sob a influência das áreas políticas e econômicas, na esfera da Cepal (Comissão Econômica da América Latina e Caribe, da Organização das Nações Unidas). Nogueira e

Messari (2005) relatam que essa teoria divide o mundo e, logo, as relações internacionais, de forma dual entre países desenvolvidos e países em desenvolvimento, exploradores e explorados, pobres e ricos. E o subdesenvolvimento dos Estados periféricos seria resultado do desenvolvimento das economias dos países centrais. Por intermédio das ações as multinacionais e da hegemonia dos países capitalistas centrais, criou-se um modelo de exploração dos excedentes gerado na periferia, que, então, é um modelo internacional de exploração. Incapaz de apoderar-se desse excedente produzido domesticamente, os países periféricos não teriam assim os recursos necessários para o seu desenvolvimento (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). Aprofundando-se a respeito dos dependentistas no debate das Relações Internacionais, Pecequilo (2004) traz que:

Definida pela questão econômica, a estrutura do sistema internacional mostra um cenário no qual os países pobres encontram-se subordinados aos do Norte e presos em um jogo de soma zero, no qual somente perdem, sendo mantidos em um constante estado de exploração que só poderá ser superado com as ações próprias. Enquanto os países do Norte são industrializados e comercializam produtos de alto valor agregado, os do sul são agroexportadores, vendendo matérias primas a baixo valor, gerando uma desigualdade nos termos de troca. Para inverter esta equação, é necessária uma “revolução” produtiva interna nesses países, visando sua modernização, baseada em três pilares: substituição de importações, fortalecimento estatal e coalizões com países semelhantes. Tais coalizões, preferencialmente, deveriam ser estabelecidas entre grupos estatais e interesses, necessidades e reivindicações similares, atuando através de OIGs. (PECEQUILO, 2004, p. 168-169)

Outra teoria que potencializa a interligação entre o marxismo e as Relações Internacionais é a obra de Immanuel Wallerstein, o wallersteinismo. Em paralelo com o pensamento dependentista que ressalta a articulação do sistema internacional, a teoria wallersteiniana de sistema-mundo enfatiza que o desenvolvimento desigual é fruto do capitalismo global e seus meios de dominação. O foco de análise do wallersteinismo é o “sistema mundo”, nas palavras do próprio Wallerstein (2000):

[...] I was trying to look at the world from a perspective that I called “world systems analysis.” This involved two major intellectual decisions. The first was that the choice of the “unit of analysis” was crucial, and the only plausible unit of analysis was a “world system,” or more generally, an “historical social system.” (WALLERSTEIN, 2000, p. XVII)⁵

⁵ “Eu estava tentando olhar o mundo em uma perspectiva que eu chamei de ‘análise sistema-mundo’. Isso envolveu duas importantes decisões intelectuais. A primeira foi que a escolha de ‘unidade de análise’ era crucial, e a única unidade de análise plausível era o ‘sistema-mundo’, e mais genericamente, um ‘sistema histórico-social’.” em tradução livre. WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential of Wallerstein*. New York: The New Press, 2000. p. XVIII.

Por meio da análise de Nogueira e Messari (2005) o núcleo do pensamento de Wallerstein é o conceito de sistema-mundo, que por sua vez, diz respeito a uma concepção do sistema internacional, sob a perspectiva de acumulação capitalista, como uma única estrutura integralizada, política e economicamente. Nessa teoria, as “leis do movimento” regem o sistema-mundo ocasionando na exploração por parte dos países centrais dos países mais pobres. Deste modo, a respeito do argumento do conceito de sistema mundo ser uma estrutura que integra vários âmbitos da sociedade internacional, Wallerstein (2000) afirma:

The argument of world-system analysis is straightforward. The three presumed areas of collective human actions – the economic, the political, and the social or sociocultural – are not autonomous areas of social action. They do not have separate “logics.” More importantly, the intermeshing of constrains, options, decisions, norms, and “rationalities” is such that no useful research model can isolate “factors” according to categories of economic, political, and social, and treat only one kind of variable, implicitly holding the others constants (WALLERSTEIN, 2000, p. 134).⁶

A Teoria de Wallerstein assemelha-se as teorias tradicionais das Relações Internacionais no momento em que posiciona o sistema-mundo como objeto de análise central, indo de encontro a certos teóricos marxistas que priorizam abordagens focadas na organização político-econômica dos Estados e nas dinâmicas de dominação capitalistas. Ademais, a respeito do tema, Nogueira e Messari (2005) acrescentam que:

A teoria do sistema-mundo tem o mérito de combinar a análise marxista das contradições do capitalismo com uma consideração da dimensão política das relações internacionais. Wallerstein desenvolve sua teoria no nível do sistema superando, portanto, as limitações das demais contribuições, demasiadamente centradas nos tipos de formação estatal e suas consequências internacionais, como fizeram Marx, Lênin e os teóricos da Dependência. Ao definir o sistema-mundo como seu objeto de pesquisa, esse autor se aproxima de teorias semelhantes de Relações Internacionais, como o neo-realismo. (NOGEURIA e MESSARI, 2005, p. 126-127)

Assim, Wallerstein (2000) conclui que a análise do sistema-mundo é a busca da construção de uma ciência histórica e social que contribua para a transformação do mundo, que não se resuma a análise da realidade, mas que seja capaz de propor uma mudança. Sob essa perspectiva, a concepção do autor é que o sistema-mundo é um apelo para o debate do paradigma da ciência social.

⁶ “O argumento de análise do sistema-mundo é direto. As três áreas presumidas de ações humanas coletivas – economia, política e a social ou sociocultural – não são áreas autônomas de ações sociais. Elas não têm ‘lógicas’ separadas. Mais importante ainda, o intercâmbio de restrições, opções, decisões, normas e ‘racionalidades’ é tamanho que nenhum modelo de pesquisa útil pode isolar ‘fatores’ de acordo com as categorias econômicas, política e social, e estuar apenas uma variável, implicitamente anulando as outras constantes.” em tradução livre. WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential of Wallerstein*. New York: The New Press, 2000. p. 134.

2.4 Contribuições marxistas para a análise das Relações Internacionais

Essas correntes citadas acima fortalecem o pensamento de que o marxismo é uma teoria social e junto com suas segmentações é significativo e contribui para o estudo das Relações Internacionais. Aprofundando-se nos pontos de intersecção entre o marxismo e as Relações Internacionais, Rupert (2007) discorre que o marxismo tem muito a dizer a respeito das estruturas e práticas e como as mesmas evoluem historicamente, atravessando fronteiras nacionais, interligando o doméstico ao internacional, o econômico ao político. Nessa perspectiva, o marxismo para o autor tem muito a dizer sobre a produção social da política global. Mesmo com suas limitações, a teoria marxista consegue prover uma visão crítica para o entendimento das estruturas e dinâmicas do capitalismo, sua complexa relação com a forma moderna de Estado, os poderes das classes e a resistência das mesmas. (RUPERT, 2007)

Dentro do debate das Relações Internacionais sobre as contribuições marxistas, a teoria leninista imperialismo se destaca. O imperialismo se caracterizou, no século XX, como a mais influente obra política para o movimento comunista internacional (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). Representando uma concepção marxista de relações internacionais que não se sintetizasse em torno da análise do processo de acumulação em escala ampliada. Mesmo mantendo significativos elementos de determinismo econômico, Lênin conseguiu construir uma teoria de política internacional capaz de compreender o comportamento, as estratégias e as ações dos atores (no caso, os Estados-nação) no âmbito do sistema internacional. Com relação a esse determinismo econômico, Lênin ressalta:

Sem se compreender as raízes econômicas deste fenômeno, sem ter conseguido ver sua importância política e social, é impossível dar o menor passo para o cumprimento das tarefas práticas do movimento comunista e da revolução social que se avizinha. (LÊNIN, 2011, p. 115)

Apesar de haver um empenho teórico para associar as contradições verticais e horizontais em uma só visão internacional, as limitações do imperialismo enquanto teoria marcaram uma cisão entre as dinâmicas de classe e nacional na obra de teóricos que seguiram Lênin e, particularmente, no trabalho do autor (NOGUEIRA e MESSARI, 2005). O leninismo posicionou-se na história contemporânea como um pensamento que resguardava fortemente o direito de autodeterminação dos povos. E como afirmam Nogueira e Messari (2005), a importância do direito de autodeterminação dos povos e das lutas nacionais é alavancada no contexto ao qual a dinâmica revolucionária move-se em direção aos países atrasados, ou como também são conhecidos, dependentes.

O estudo da desigualdade mundial foi o veículo que aproximou diretamente a doutrina marxista com o estudo das Relações Internacionais Mesmo com suas limitações quanto ao conceito de Estado, nacionalismo e guerra e sua negligência quanto a diplomacia, balanço de poder e lei internacional, a análise marxista da relação entre o capitalismo e o Estado atrelada a sua abordagem estrutural podem contribuir para o estudo da governança global (LINKLATER, 2005).

Nessa perspectiva, Linklater (2005) afirma que o marxismo contribuiu para a teoria das relações internacionais com o seu materialismo histórico; sua ênfase nas relações de produção e classe que se caracterizam como um contra peso para as teorias que assumem que a luta por poder e segurança determinam a estrutura política global; seu foco na desigualdade internacional que implica no estágio de desenvolvimento das sociedades modernas e na organização das relações internacionais.

Embora o marxismo não tendo um estudo específico a respeito das relações internacionais, levando em conta a maneira que as mesmas são analisadas pelas teorias dominantes da disciplina, como o realismo e liberalismo, o marxismo opera para desconstruir os princípios que guiam tais teorias e que sustentam a própria sociedade capitalista (VIGENANI, et al 2011). Então, os marxistas, em todas as suas vertentes, consideram que a crítica que tal sociedade é uma ferramenta essencial que deve ser incorporada ao debate a teoria das relações internacionais. Ademais, a preocupação do pensamento marxista com a economia política é eficaz em uma perspectiva de análise do sistema capitalista mundial e a ordem política internacional. Vigenani, et al (2011) acrescentam que no lugar de uma explicação das relações internacionais a partir das relações entre os Estados, o marxismo apresenta uma narrativa que entende as razões das estruturas sociais dominantes, ocasionando brotar disso as relações de poder entre os Estados.

O marxismo é pouco estudado na disciplina de Relações Internacionais devido ao fato de grande parte dos autores dessa corrente que dedicam seus estudos a temas de relações internacionais o fez por meio de um prisma de análise da dinâmica do capitalismo mundial, o que não é bem visto por grande parte dos estudiosos da área. Porém, partindo de Marx, até os teóricos da dependência, houveram tentativas expressiva de interligar a análise do capitalismo em escala global ao exame das relações internacionais. Safarti (2005) resume as contribuições do marxismo para a teoria das relações internacionais por proporcionar debates entre os seguintes pontos: primeiro, a concepção estruturalista, onde os Estados e as organizações

internacionais são resultado do meio dominante de produção e de suas relações sociais; segundo, o papel menor do Estado, a política externa do Estado sendo uma consequência dos interesses dominantes da burguesia do país; a guerra, como resultado da expansão capitalista; a paz mundial, quando a classe operária se emancipar, a solidariedade mundial eliminará os Estados e, conseqüentemente, as guerras; a irrelevância da anarquia, no marxismo os conflitos são resultado das estruturas econômicas e de classes e não da natureza humana e dos Estados.

Muitos dos principais eventos político-sociais no decorrer no século XX tiveram relação ou foram influenciados pelo comunismo. Os partidos comunistas se espalharam por grande parte dos países do mundo. O desenvolvimento do mundo como conhecemos hoje foi impactado pelo comunismo. Suas características constituintes, como a ideia socialista de Revolução Mundial, o vínculo entre a sociedade de massas e a noção transnacional de política, e a visão do imperialismo como sistema mundial ecoam até hoje.

Assim, o comunismo, enquanto ideia essencialmente marxista, se configura como um fenômeno internacional, pondo em prática o ideal internacionalista da doutrina marxista. E esse fenômeno internacional pode ser percebido de forma tangível nos aspectos geopolíticos do movimento, na cultura política e nas estratégias do Estado soviético. Porém também se faz presente na influência das ideias marxistas e do símbolo gerado pela internacionalização do comunismo iniciado a partir da Revolução Russa sobre, por exemplo, movimentos político-sociais negros nos EUA nos anos 60.

No próximo capítulo, debateremos como o internacionalismo das ideias marxistas ganhou forma a partir da Revolução Russa e assim se espalhou por todo cenário internacional. Seja de maneira institucionalizada na figura da URSS, seja pela influência ideológica e simbólica que essa revolução fez ecoar pelo mundo.

3 Comunismo internacional

3.1 Revolução Russa e a Revolução Mundial

Nos primeiros desdobramentos do século XX, nas duas primeiras décadas, a Rússia foi palco de uma série de acontecimentos que transformaram não só o país, mas todo o mundo. Eventos esses que culminaram no estabelecimento da União Soviética, ator internacional de suma importância histórica.

Uma característica da sociedade russa pré-século XX era o sistema de servidão, uma barreira para o desenvolvimento social e econômico do país. A mesma foi abolida na Rússia, por Alexandre II, em fevereiro de 1861. Junto à emancipação de todos os servos, o Czar também designou terras aos mais pobres, terras essas que deveriam ser pagas. Mesmo emancipados e com as terras, os ex-servos permaneceram como cidadãos de segunda classe, alvo de numerosas restrições e controle (REIS FILHO, 2003). Em comparação a era do seu pai, Nicolau I, Alexandre II trouxe certo progresso ao país, principalmente devido a postura capitalista adotada pelo imperador deixando de lado o feudalismo, mas a sociedade russa ainda assim era agrária, regida por costumes camponeses, com péssimas condições de trabalho e a grande parte da população estava passando fome (REIS FILHO, 2003).

Esse contexto levou às chamadas revoluções russas, de 1905 e 1917. Deste modo, em 9 de janeiro de 1905, teve início a primeira dessas revoluções. De forma pacífica, uma grande manifestação se formou em frente ao Palácio de Inverno do Czar Nicolau II, em São Petersburgo, para entregar ao imperador um manifesto com queixas e reivindicações, que englobavam jornada de trabalho de oito horas, salário mínimo, eleições e assembleia representativa (REIS FILHO, 2003). O Czar não se encontrava no palácio e os manifestantes foram recebidos a tiros de metralhadora, o que gerou dezenas de mortos e centenas de feridos. Tal violência não intimidou, causou indignação e revolta, dando início a revolução. E no decorrer de 1905, os manifestantes adotaram a política de greve de massas como forma de luta, estruturando-se através de conselhos, os chamados soviets, que se espalharam por todo o país, tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais (REIS FILHO 2003).

Em resposta às manifestações, Nicolau II permitiu a criação de um parlamento nacional, chamado de Duma, e a existência de partidos políticos, o que possibilitou o surgimento do Partido dos Mencheviques – mais moderados e que defendiam uma reforma

gradual com o apoio da burguesia, e o Partido dos Bolcheviques, que por sua vez, eram mais radicais e defendiam uma ação revolucionária.

Assim, entre 1905 e 1914, a política do Estado russo se caracterizou no papel central do Estado, mas ficou marcada pela promoção da reforma agrária, com iniciativas e valores associados ao capitalismo liberal, voltado a construção de uma vasta classe de pequenos proprietários, a qual poderia oferecer uma base sólida de apoio ao regime (REIS FILHO, 2003). A Rússia engrenou em um ritmo considerável de progresso, principalmente a partir de 1907 até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914.

A Primeira Guerra Mundial trouxe uma série de problemas para a Rússia. Por um lado, diretamente ligado ao conflito, milhões de mortos, feridos e prisioneiros. Por outro, perda para os alemães de territórios economicamente estratégicos, elevação da inflação e escassez de produtos essenciais para a sociedade e para o exército, como alimentos e remédios. Nessa perspectiva de escassez e inflação, houve uma retomada dos movimentos grevistas. Notícias sobre corrupção e incompetência no governo imperial e a influência que se intensificava cada vez mais do místico Grigori Rasputin nos negócios do governo, intensificaram a insatisfação popular (REIS FILHO, 2003).

Com as forças armadas fragilizadas por causa da 1ªGM, após cinco dias de manifestações, entre 23 e 27 de fevereiro de 1917, a aristocracia russa foi derrubada. Com o czar Nicolau II fora do poder, a Duma formou um governo provisório liderado pelo príncipe Georgy Lvov, que tinha tendência liberais e se destacou nos anos anteriores na coordenação de atividades empreendidas por organizações da sociedade civil. Outro destaque do governo provisório foi Kerensky, deputado mais moderado identificado por causas sociais, porém defendia a continuidade da Rússia na Primeira Guerra Mundial. Reis Filho (2003) coloca que essa formação do governo provisório com figuras da alta sociedade voltadas a causas sociais foi uma investida de apropriação do processo civil anônimo (as manifestações) que retirou o czar do poder.

Insatisfeitos com o rumo tomado pelo governo provisório, o Partido Bolchevique, deu início em outubro de 1917 a insurreição com caráter de operação militar e socialista. Foi instaurado, então, o primeiro governo socialista do mundo. A respeito da legitimidade da Revolução e o porquê a sociedade russa a aceitou, Reis Filho, aos escrever sobre as revoluções russas e o socialismo soviético, destaque que:

Revolução nos decretos, aprovada pelos soviets, reconhecendo e consagrando juridicamente as aspirações dos movimentos sociais, que passaram imediatamente a ver no novo governo – o Conselho dos Comissários do Povo, dirigido por Lenin, o intérprete e a garantia das reivindicações populares (REIS FILHO, 2003, p. 67).

O ingresso ao novo governo pelo II Congresso Pan-Russo camponês, em dezembro de 1917, foi de sua importância. Superando suas desconfianças a respeito os bolcheviques, tendo as reivindicações aceitas pelo governo revolucionário, os camponeses ratificaram a Revolução de Outubro (REIS FILHO, 2003). O discurso de Lênin e do Partido dos Bolcheviques se baseava em ouvir as súplicas do povo e em políticas que demonstrassem que o bem-estar do povo era o foco do governo revolucionário, tendo isso em vista, a camada mais necessitada e grande maioria da sociedade russa recebeu a Revolução com ar de esperança e satisfação. Então, a Revolução de Outubro se estabelece como a mãe das revoluções do século XX por seu caráter de vanguarda do ser a primeiro evento revolucionário do século em questão a levar o povo ao poder e governar em prol da solução dos problemas do mesmo, além de libertar o país da dominação de poder imperial. Vale ressaltar, que a maioria das revoluções do século XX vão se desdobrar em cima da premissa de libertação de povos de poderes coloniais-imperialistas. A Revolução Russa se tornou o exemplo da viabilidade disso acontecer.

Assim, a Revolução Russa foi resultado dessa sequência de eventos que causaram a queda do regime autoritário czarista russo e, em seguida, a derrubada do governo provisório. Como consequência desse processo, instalou-se um governo socialista e, assim, foi estabelecida a União Soviética sob o controle do partido bolchevique.

Na perspectiva de Trotsky (2017), figura-chave da história do comunismo internacional e um dos revolucionários que fizeram a Revolução Russa acontecer, que sempre prezou pela necessidade de foco na Revolução Mundial socialista, expõe que é necessário encarar a Revolução de Outubro como uma experiência que tem muito a ensinar, principalmente aos outros países que fazem parte da Internacional e que ainda não tiveram a oportunidade de resolver o seu problema de “outubro”, de libertação.

Nesse viés, Trotsky (2017) argumenta que cada povo, classe e até partidos se educam a partir de suas próprias experiências, mas isso não significa para ele que a experiência de outros países, classes e partidos não seja importante. O autor acrescenta que sem o estudo da Revolução Francesa, da Revolução de 1848 e da Comuna de Paris, a Revolução de Outubro nunca seria possível, mesmo com a bagagem dos eventos de 1905. Então, para o

revolucionário, a experiência russa tem que ser levada como um exemplo para a libertação dos outros países e, em um outro momento, para a própria Revolução Mundial socialista.

A Primeira Guerra Mundial deixou marcas sem precedentes nas sociedades ao redor do globo, tais cicatrizes inflamaram ainda mais a crença nas ideias marxistas (abordada no Capítulo 1) da inevitabilidade do fim do sistema capitalista. O clima da época era de ansiedade quanto a quem daria o primeiro passo rumo à revolução mundial socialista. Na perspectiva contemporânea de Hobsbawm (1994), a Revolução de Russa de 1917 estabeleceu-se enquanto um símbolo internacional para os socialistas de que o fim do capitalismo estava próximo. E tal símbolo, em termos práticos, acarretou um formidável movimento revolucionário internacional organizado. A revolução-estopim para a revolução mundial era esperada pelos marxistas e, até mesmo, pelo próprio Marx de ocorrer em um país com um proletariado industrial mais forte, no entanto, veio acontecer na pobre e camponesa Rússia. Apesar de ser uma surpresa, a Revolução Bolchevique foi vista não apenas como a libertação da Rússia do capitalismo, mas sim como o primeiro passo para a libertação do proletariado mundial; seguindo esse pensamento, Hobsbawm (1994) acrescenta:

O próprio Karl Marx, no fim da vida, tinha esperado que a Revolução Russa agisse como uma espécie de detonador, disparando a revolução proletária nos países ocidentais industrialmente mais desenvolvidos, onde estavam presentes as condições para uma revolução socialista proletária. (HOBBSAWM, 1994, p. 64)

A Revolução Mundial socialista nunca veio acontecer, no entanto, a Revolução de Outubro deu início a uma série de outras revoluções e movimentos pró-socialistas em proporções variantes. Nos dois primeiros anos após a Revolução Bolchevique de 1917, é possível detectar movimentações revolucionárias influenciadas pelo símbolo revolucionário russo em todo o mundo. Por exemplo, o grupo de “soviets” formados por empregados de uma fábrica cubana, assim como na Espanha, no México, na Austrália, em Pequim, em Córdoba, nos EUA – principalmente com a onda de imigração, e em muitos outros locais (HOBBSAWN, 1994).

Pela primeira vez, com a vitória da Revolução Russa em outubro de 1917, foi estabelecido um Estado com direção marxista que, por sua vez, foi liderado por Lênin, o mesmo encabeçou não só o partido bolchevique como todo o movimento comunista internacional. De modo geral, a prática revolucionária leninista caracteriza-se pela adaptação do marxismo clássico às peculiaridades enfrentadas pela realidade russa e do mundo no século XX que não chegaram a ser refletidas propriamente nas ideias de Marx e Engels.

3.2 O comunismo internacional

A ideia de comunismo internacional tem relação, primeiramente, ao “partido da revolução mundial”, fruto da Revolução Russa de 1917. Em um segundo plano, relaciona-se com o movimento político dos partidos comunistas espalhado por todo o mundo, mas ligados diretamente a Moscou. Sendo assim, o comunismo internacional se sobrepõe na questão da União Soviética e dos Estados que seguiram o exemplo político, econômico e social gerado pela Revolução Bolchevique.

O ápice do movimento comunista internacional reside no período referente à Segunda Guerra Mundial. A 2ªGM transformou não só o Estado soviético, como também mudou o movimento. No pós-guerra, a URSS ressurgiu como uma grande potência e reafirmou sua posição de centro do socialismo mundial. Já o auge do movimento comunista internacional foi atingido por meio da resistência antifascista na Europa e da luta anti-imperialista na Ásia.

Como dito, a Revolução Russa de 1917 é um dos principais influentes do comunismo internacional. As consequências imediatas da mesma se configuraram como um grande teste – seja no aspecto psicológico da sociedade, seja nos âmbitos estruturais, como o bélico – para o projeto bolchevique de revolução mundial. Assim, nesse momento (1917-1923) o foco da revolução estava na sua própria sobrevivência. A atenção dos bolcheviques estava voltada a atenuação do seu próprio isolamento e a exploração da reverberação internacional da revolução. Visando alcançar esses objetivos, foi criada a nova Internacional (terceira Internacional ou Komintern), em 1919, fundada em total sincronia com o pensamento do bolchevismo, se posicionando como um componente do Estado soviético, entrelaçada com o Partido Comunista Soviético (PONS, 2014). Vale ressaltar que o bolchevismo se caracterizava não só como o Partido Bolchevique, mas sim enquanto uma força-chefe do Estado-maior da revolução mundial.

Silvio Pons (2014), reconhecido historiógrafo do movimento comunista internacional, pontua que o Estado soviético provia um senso de direção, organização e pertencimento à nova Internacional, dessa forma, o Estado soviético representava o fator constituinte do movimento comunista, tanto no âmbito e aparelho político quanto no aspecto de autoridade simbólica.

O I Congresso do Komintern não foi efetivo, pois não refletiu o caráter multinacional esperado. No entanto, o II Congresso foi mais significativo, tendo um número mais

representativo de delegações, cerca de duzentos delegados oriundos de mais de trinta países. Serviu como evento de ratificação do movimento comunista como antagonista do velho socialismo, com capacidade de conseguir um apoio mais amplo, em especial na França e na Alemanha (PONS, 2014).

Os partidos comunistas de massa na França e na Alemanha nasceram nos últimos meses de 1920 e no início de 1921 através, principalmente, da cisão dos partidos socialistas. Tais eventos foram promissores para os objetivos de Moscou de provocar a revolução na Europa de forma generalizada e colaborar com a defesa da república soviética; foram vistos pelos soviéticos como uma mudança para contribuir com o crescimento do movimento e impor uma derrota às socialdemocracias, inclusive, a contraposição às socialdemocracias se configurou como um traço fundamental da cultura política comunista (BROWN, 2010). Em sincronia com o surgimento dos partidos comunistas na Europa, Komintern, também em 1920-1921, com seu caráter global, orquestrou criação de partidos fora do continente europeu, especificamente na China, Índia e Irã (BROWN, 2010). Até esse ponto, a extensão geopolítica do movimento não era intensa em termos numéricos, mas era crescente.

O símbolo do Estado revolucionário ao mesmo tempo em que firmava a autoridade da nova Internacional, também criava sentimentos de pertencimento, identificação e atração mais fortes com o socialismo. A própria imagem de Lênin se caracterizou com caráter carismático para além das fronteiras soviéticas. Assim, mesmo surgindo com um viés autônomo, muitos dos novos partidos seguiam devotadamente os preceitos emanados pelo bolchevismo. O Komintern, por sua vez, através de uma rede de comando formada por emissários assegurava os canais informativos, organizativos e financeiros necessários à sobrevivência dos partidos (VATLIN e SMITH, 2014). Sincronizando a ideia de internacionalidade da ligação entre os partidos comunistas daquela época e o próprio comunismo internacional, Silvio Pons (2014) discorre que:

Não menos “internacionais” eram a cultura política, as linguagens, as redes que definiam espaços e limites de identidade e filiação dos comunistas. Para eles, a política de massas surgida da Primeira Guerra Mundial significava, antes de mais nada, a descoberta da dimensão transnacional. Seu vocabulário e sua ideia de modernidade pressupunham tal dimensão. O “Partido da revolução mundial” configurava-se, para todos os efeitos, como “comunidade internacional”, rede de comunicação de podia contar com números limitados, mas apresentava extensão mundial (PONS, 2014, p. 160).

Diretamente, as massas populares de outros países nunca chegaram a apoiar o Estado soviético, no entanto, esse apoio de forma indireta efetuado por meios dos partidos fez com

que a URSS não fosse sufocada pelas potências imperialistas. A sobrevivência do Estado soviético era vista pelos socialistas como uma confirmação da ideia abordada no Capítulo I de que o capitalismo estava em declínio à caminho de ceder lugar ao socialismo.

Com a morte de Lênin, líder da Revolução Bolchevique e chefe do Estado soviético, em 21 de janeiro de 1924, a sua imagem passou a ser cultuada quase que de forma sacra (Pons, 2014), então, seguir os preceitos leninianos passou a ser encarado como uma fonte de legitimação, tornando as ações tomadas pelo grupo dirigente soviético e do partido mundial da revolução quase que dogmáticas. Ademais, Stalin assumiu a posição deixada por Lênin e o Komintern convocou novamente os partidos comunistas a considerarem o valor universal a experiência russa.

No contexto europeu na era pós-Lênin, a URSS teve que enfrentar os desafios do Plano Dawes (de modo geral, plano destinado para viabilizar o pagamento das dívidas que a Alemanha possuía no fim da Primeira Guerra Mundial) e o início da intervenção norte-americana na reconstrução do continente. Tais desafios puseram a liderança soviética em uma situação em que se deveria revisar a cultura política interna e externa da URSS (PONS, 2014), no entanto, em vez disso, os dirigentes focaram na perseguição e eliminação do trotskismo - doutrina marxista baseada nos escritos do político e revolucionário Leon Trotsky, que por sua vez, dentre outras especificidades, defendia que era primordial priorizar a revolução mundial socialista e não o socialismo em um país só (referenciado no Capítulo I), o que ia de encontro ao pensamento defendido pelo atual líder soviético, Stalin -; o trotskismo, então, foi classificado pela liderança soviética e, entre 1924 e 1925, iniciou-se uma campanha antitrotskista nos partidos comunistas, o que ocasionou em uma maior dependência desses partidos ao Partido Comunista da URSS (PONS, 2014). É interessante acrescentar uma passagem de Silvio Pons (2014) em relação ao empasse contra o trotskismo e o próprio Trotsky:

O embate culminou na XV Conferência do partido russo, em novembro de 1926, quando Stalin pronunciou longa requisitória contra a oposição [trotskista], acusada de semear pessimismo acerca da possibilidade de “edificar o socialismo” na URSS, sacrificando assim as esperanças nela depositadas pelo “proletariado internacional”. Respondendo à acusação de Trotski de renunciar a revolução mundial, Stalin proclamou que, enquanto a maioria via a revolução russa “como revolução que representa certa força autônoma, capaz de entrar em luta contra o mundo capitalista”, a oposição a considerava como “apêndice acessório da futura revolução no Ocidente”. Ele aludiu, assim, mais uma vez, ao papel central do Estado soviético na revolução mundial. (PONS, 2014, p. 130-131)

A possibilidade de se mudar o eixo da possível revolução da Europa para a Ásia foi por muitas vezes levada em consideração pelos bolcheviques. Tal possibilidade nunca chegou a se concretizar, não diretamente. Entretanto, foi formulado pelos bolcheviques o objetivo, a ser perseguido gradualmente, de uma aliança revolucionária com grupos nacionalistas anti-imperialistas fora da Europa. Sendo, assim, a URSS adotou uma dupla personalidade onde, por um lado, buscava a coexistência pacífica com os outros Estados ocidentais visando sua própria segurança, e por outro, dedicava tempo e recursos à organização de um movimento revolucionário noutros Estados (BROWN, 2010). Essa duplicidade pôs a relação do Estado soviético com a Grã-Bretanha em crise, mas funcionou de forma sustentável com a Alemanha, por exemplo.

Desde a fundação do Komintern, o movimento comunista internacional chegou ao seu mínimo histórico por volta de 1932. No entanto, o desenvolvimento do fascismo e, logo, do antifascismo na Europa em escala internacional ocasionada pela ascensão de Hitler, voltou a alancar o movimento. Pons (2014) traz que a disposição a disciplina, o culto à organização, as predileções conspirativas proporcionaram aos comunistas capacidade singular de adaptação e combate frente ao desenvolvimento das forças e inspiração fascista na Europa.

3.2.1 O Pacto Molotov-Ribbentrop

O Pacto Molotov-Ribbentrop (ou Pacto Nazi-Soviético) foi um tratado de não agressão assinado em 23 de agosto de 1939, às vésperas da II Guerra Mundial, entre a URSS e a Alemanha Nazista. Silvio Pons em seu livro sobre o comunismo internacional (2014), a qual teve acesso a documentos raros da URSS para a sua elaboração, expõe que ao contrário do consenso de que Stalin assinou o acordo com Hitler em um ato de improvisação frente às necessidades geradas com os acordos de Munique e o posicionamento frio das potências com relação a proposta soviética de aliança tripartite; o acordo foi assinado, pois Stalin adotou uma política de mãos livres, que pusesse a URSS em condições de evitar um envolvimento na guerra, impedindo um conflito com a Alemanha e o Japão.

Certamente, a assinatura do pacto foi uma escolha de risco, mas conveniente em termos geopolíticos, tanto em vista que garantia segurança territorial que é de suma importância visando um futuro envolvimento na guerra. Noutra perspectiva, o pacto Nazi-Soviético pode ser analisado como um instrumento estratégico orientado para o aumento do desgaste das relações entre as potências imperialistas, e também direcionado para a expansão da influência soviética na Europa Oriental. Essencialmente, as atrocidades cometidas por

Hitler, Franco e os japoneses iam de encontro aos ideais de liberdade, libertação, universalidade e humanismo atribuídas a Revolução de Outubro, mas isso também não quer dizer que Stalin compactuava com tais medidas.

Então, a partir de 1939, Stalin em um ato de política externa criou uma doutrina dos interesses da URSS, tendo em vista o “mundo capitalista” e a concepção de “guerra civil internacional”, assim, o pacto com a Alemanha nazista para Stalin baseou-se na “guerra de desgaste” com as potências capitalistas e a segurança territorial da URSS (PONS, 2014). Dessa forma, em resumo, o acordo liga-se a vontade do líder soviético de querer evitar o envolvimento na guerra e também a busca por uma maior vantagem na disputa entre os países capitalistas.

No entanto, para a surpresa e Stalin, em 1941, as Potências do Eixo iniciaram a Operação Barbarossa, dando o primeiro passo para a concretização das inspirações nazistas de conquista da URSS. O início da invasão pôs fim ao Pacto Molotov-Ribbentrop. Em contra partida ao ataque nazista, Stalin recorreu ao patriotismo na URSS e no retorno ao antifascismo do movimento comunista, o que mesmo sem planejamento se mostrou eficaz (PONS, 2014). O apelo ao patriotismo fez com que Stalin e a URSS se afastassem do comunismo enquanto ideologia e sistema, mas o movimento comunista baseado na internacionalidade das ideias marxistas continuou a se desdobrar ao redor do mundo.

3.2.2 Esferas de influência

Fora dos limites do continente europeu, os partidos comunistas estavam posições de fragilidade. Na visão de Kuisong e Smith (2014), os comunistas chineses se estabeleceram como a base do movimento no mundo não europeu. O partido chinês montou bases de massa substancialmente militares e contou com algumas centenas de milhares de militantes, tendo Mao Tse-tung como seu líder. Atentando-se ao caráter anticolonial, anti-imperialista e pós-colonial chinês, a China se mostrou um terreno fértil para as ideias marxistas e comunistas. Mas a situação do movimento comunista chinês era uma exceção. Naquele momento, o futuro de grande parte dos partidos comunistas se mostrava incerto.

Nesse momento que antecede a Segunda Guerra Mundial, é notável a fragilidade dos partidos comunistas no Japão, na Índia, na Coreia, na Malásia, na Indonésia, México, Cuba, Brasil, em países árabes e africanos, dentre outros lugares. Indo de encontro às esperanças da

URSS, a atualizado do nacionalismo anti-imperialista não surtiu consideráveis resultados referentes ao crescimento do movimento comunista (BROWN, 2010).

O partido que se desviou dessa linha da debilidade que os partidos comunistas vinham seguindo no pré-2ºGM foi o norte-americano; ele obteve o êxito que conseguir se inserir dentro da opinião intelectual e dos sindicatos nos anos de implementação do New Deal. De forma atípica, Moscou consentiu a autonomia formal do partido comunista norte-americano em relação ao Komintern, reconhecendo implicitamente o papel predominante de grupo de pressão, mais do que de partido político, desempenhado pelo comunismo americano; porém, mesmo com essa autonomia, ele ainda respondia e tinha uma relação próxima com o Komintern (PONS, 2014, p. 247).

Nos desdobramentos da 2ºGM é que os partidos comunistas dentro e fora da Europa passaram por uma reviravolta e se fortaleceram, criando um ambiente próspero para o comunismo internacional. Isso se deu, no continente europeu, principalmente devido ao antifascismo, e fora das fronteiras ocidentais, em razão do desenvolvimento dos movimentos de libertação nacionais. Assim, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a URSS estabeleceu como uma grande potência mundial, e também houve um significativo crescimento dos partidos comunistas e, inclusive, grande parte destes partidos passou a participar dos governos dentro e fora da Europa. Silvio Pons (2014), em seu minucioso levantamento sobre o comunismo internacional, traz interessantes dados a respeito da expansão tanto da adesão quanto dos próprios partidos comunistas após o fim da Segunda Guerra Mundial:

Pela primeira vez em sua história, os comunistas fora da URSS eram mais numerosos que os soviéticos. Na Europa, alcançaram a cifra de aproximadamente 6 milhões, contra o escasso 1 milhão das vésperas da guerra; na China, mais de 1 milhão (enquanto na URSS o partido crescera de 2,5 milhões de inscritos, depois dos expurgos de final dos anos 1930, para 5,5 milhões de inscritos, com a leva da Grande Guerra Patriótica) (PONS, 2014, p. 298-297).

3.3 Revolução Chinesa

Com o fim da Segunda Guerra Mundial e a implantação do plano Marshall para a reconstrução da Europa, a possibilidade da Revolução Mundial socialista foi se afastando gradualmente dos países ocidentais e até mesmo da URSS e se aproximou das colônias imperialistas. Assim, a chama revolucionária surgiu em um país com baixos índices de desenvolvimento socioeconômico, povoado por milhões de camponeses famintos, os quais

sob a liderança de Mao Tse-tung e seus seguidores se armaram para estabelecer um regime comunista na China (RATTNER, 2009).

O mês de outubro já era um mês simbólico para o comunismo internacional devido a Revolução Russa, mas ganhou ainda mais importância com a vitória dos revolucionários chineses. Sob a liderança de Mao Tse-tung, em outubro de 1949, a Revolução chinesa instaurou a comunista República Popular da China, trazendo uma série de mudanças, como a coletivização da terra, controle estatal da economia e nacionalização de indústrias estrangeiras. Assim como na Rússia, mais uma vez, indo de encontro a visão marxista de que a Revolução Socialista viria a acontecer, primeiro, nos países industrialmente mais desenvolvidos, os quais teriam uma classe operária mais organizada e consciente da necessidade de derrubar a substituir o sistema capitalista. A história mostrou que a revolução veio a acontecer novamente de forma durável em um país atrasado do ponto de vista capitalista e, majoritariamente, constituído por camponeses analfabetos, a China.

Stalin tinha recomendado a Mao que fizesse um acordo com Chiang Kai-shek ao invés de entrar em um conflito armado. Para Tse-tung, se os comunistas chegassem ao poder na China, seria por meio de uma estratégia independente. Ou seja, uma estratégia propriamente chinesa, sem interferência dos interesses soviéticos (SERVICE, 2007).

Os soviéticos sempre proporcionaram aos comunistas chineses um apoio tímido, reduzido ao que tangia às políticas das “frentes nacionais”, as quais Stalin utilizou na Europa nazista e na Ásia sob o comando do Japão; Mao (líder do movimento comunista chinês) percebeu que não receberia o tão aguardado apoio de Stalin, não da forma que esperava, assim, a política de Stalin aos olhos de Mao foi vista como uma quase traição da revolução chinesa (PONS, 2014).

A República da China (1912-1949) sucumbiu quando tentou enfrentar a invasão japonesa, em 1937, enquanto se espalhava a guerra civil travada entre os exércitos mercenários dos generais e o “exército vermelho” de camponeses, sob o comando de Mao, que resultou, após o término da Segunda Guerra Mundial, na queda e fuga das tropas de Chiang Kai-shek (RATTNER, 2009).

Nos primeiros anos após a Revolução, Mao Tse-tung e seu grupo de líderes revolucionários procuraram estabelecer a autoridade do governo central e criar um aparelho institucional capaz de governar uma população constituída por centenas de milhões de

cidadãos, vivendo em um território de grandes proporções. Dessa forma, a consolidação do poder interno levou trinta anos (RATTNER, 2009).

Mao cresceu ressentindo a fragilidade chinesa em relação às potências econômicas e militares estrangeiras. E quando jovem se impressionou com a Revolução de Outubro na Rússia e foi atraído para a doutrina marxista e o comunismo. A atenção especial dada por Mao a subjetividade revolucionária e a necessidade de adequar o marxismo-leninismo às especificidades da experiência chinesa, o tornaram uma personalidade do comunismo internacional nos anos 1930, um pouco antes da Revolução chinesa (PONS, 2014).

Ao chegar ao poder, em 1949, mesmo querendo aplicar o modelo soviético de governança na China, Mao fez qualquer adaptação que ele achasse necessária (tanto no campo ideológico do marxismo-leninismo quando no prático de ações estatais) para às peculiaridades das circunstâncias chinesas (PONS, 2014).

Essas características da Revolução Chinesa de uma país não-ocidental, colonizado, constituído por uma população não-branca, que adaptou o marxismo-leninismo às peculiaridades de seu país e de sua experiência revolucionária são os elementos que a tornam importante para o contexto do comunismo internacional, principalmente porque os movimentos revolucionário que desabrocharam nos de 1960, na África e na América Latina, conseguiam se associar mais a Revolução Chinesa que a Revolução Russa – branca e europeia.

3.4 A África e o contexto socialista

O vínculo dos países africanos com o campo socialista alude ao período pós Revolução de Outubro, ao qual Lênin buscou o início de uma integração com os povos colonizados ao redor do mundo. Assim como os países capitalista-imperialistas, a relação dos países socialistas (principalmente, URSS e República Popular da China) com os países africanos foi administrada por meio de uma política externa estruturada em cima de dois pilares; primeiro, por um viés ideológico que dizia respeito a uma obrigação do bloco soviético e da República Popular da China de sustentarem os países partidários do marxismo-leninismo, segundo, por uma orientação estratégica, voltada a defesa dos próprios interesses nacionais [chineses e soviéticos]. Mas acima de tudo, os comunistas apoiaram a libertação desses países do sistema colonial para que os mesmas pudessem se juntar a Revolução Mundial (DER THIAM, MULIRA e WONDJI, 2010).

Der Thiam, Mulira e Wondji (2010) afirmam que a África pouco apareceu nos escritos de Marx e Engels, no entanto, os problemas africanos foram citados de forma recorrente nos trabalhos de Lênin quanto ao imperialismo e sobre a questão nacional e colonial; em seu livro “Imperialismo, etapa superior do capitalismo” (2011), o autor condena veementemente a guerra imperialista e a opressão dos povos colonizados pelos potências capitalista-imperialistas. Assim, o líder da revolução bolchevique e da URSS, incentivou os movimentos anticoloniais africanos a entrarem em confronto com os colonizadores em nome da frente anti-imperialista.

A estrutura ideológica e estratégica do movimento anticolonial foi definida, então, em 1927. Dessa forma, a URSS e os partidos aliados a ela tiveram a função de suma importância na formação política e ideológica do movimento. O eco da crise econômica mundial de 1929 mostrou que aquele era um período favorável à luta anticolonial, porém com o advento e expansão dos fascismos na Europa, a questão colonial foi posta em um segundo plano pelos soviéticos e pelos partidos comunistas (DER THIAM, MULIRA e WONDJI, 2010).

Os países socialistas só voltaram a ver a luta anticolonial em um primeiro plano após o fim da Segunda Guerra Mundial. A 2GM também enfraqueceu as potências coloniais, o que tornou o momento promissor para os movimentos de libertação. Assim, os países socialistas estavam preparados a sustentar o movimento anticolonial dos países africanos, visando atacar o imperialismo internacional. Esse sustento dos movimentos anticoloniais africanos pelos países socialistas baseou-se em um apoio material e diplomático.

No entanto, no final dos anos 1950 e no início dos anos 1960, a posição do comunismo na África era dúbia. Se por um lado a URSS e os países socialistas eram estimados aos olhos africanos, por outro, os partidos marxistas eram poucos e com influência limitada, presentes principalmente no Sudão, no Egito, no Senegal, na África do Sul e na Argélia (Der Thiam, Mulira e Wondji, 2010); os principais fatores que levaram os partidos marxistas africanos foram a resistência das religiões, fraqueza da classe operária e barreiras das ideologias tradicionais. Sintetizando os marcos do comunismo internacional e da atuação do mundo socialista na história do continente africano, Der Thiam, Mulira e Wondji (2010) trazem que:

A política posteriormente desempenhada pela URSS, por todo conjunto de países socialistas na África, pode, em sua totalidade, ser dividida em quatro períodos: de 1917 a 1945, a influência soviética é indireta e apoia-se nos partidos comunistas europeus e nos militantes radicais, africanos, antilhanos, e norte-americanos, do pan-africanismo; de 1945 a 1965, os países socialistas apoiaram, direta ou indiretamente os movimentos de libertação nacional e os jovens Estados africanos independentes, encorajados pelo enfraquecimento

das potências coloniais e pela ascensão dos nacionalismos, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial; de 1960 a 1975, assiste ao refluxo da intervenção dos países socialistas e, especialmente, a URSS, em proveito de uma ação essencialmente diplomática; a partir de 1975, após o fim da guerra do Vietnã, constata-se uma recuperação da influência dos Estados socialistas, por exemplo, em Angola e no chifre da África (DER THIAM, MULIRA e WONDJI, 2010, p. 965-966)

O maior êxito de influência do mundo socialista na África foi no âmbito ideológico, fazendo com que líderes africanos, sejam eles progressistas ou reacionários, adotassem às ideias marxistas. No entanto, Der Thiam, Mulira e Wondji (2010) afirmam que essa adesão dos dirigentes africanos ao socialismo estava ligada diretamente a um pragmatismo, de viés econômico e político. Em outras palavras, alguns líderes africanos adotaram o socialista como forma de obter suporte econômico e político do bloco socialista, uma vez que o mundo ocidental não estava disposto a fazê-lo. Em sincronia com Der Thiam, Mulira e Wondji, Pons (2014) argumenta que o crescimento exponencial da adesão aos partidos marxistas no pós-Segunda Guerra Mundial estava relacionado a um oportunismo, tento em vista que tornar-se comunista durante a guerra implicava em arriscar sua vida, mas fazê-lo no pós-guerra, nos países dominados pelo Exército Vermelho, consistia na garantia de um futuro.

Vale ressaltar que o regime de Apartheid na África do Sul proibia a existência do Partido Comunista no país e considerava qualquer atitude contra o regime uma atitude comunista. Essa postura anticomunista era fundamentada no “ato de supressão do comunismo” de 1950 (FONSECA, 2014). Tal postura também pode ser lida como um reflexo e/ou resposta a interligação que se formou entre muitos países e movimentos africanos com a União Soviética e o comunismo internacional.

3.5 Investidas nos Estados Unidos

O entusiasmo gerado pela Revolução de Outubro ecoou por todo o mundo, e nos Estados Unidos da América não foi diferente. A vitória dos Bolcheviques empolgou os militantes socialistas estadunidenses, mas não foi capaz de harmonizá-los. O clima entre esses militantes era conflituoso à nível ideológico e pessoal (SERVICE, 2007). Nesse ambiente, dois partidos comunistas se destacaram: o *Communist Party of America* e o *Communist Labor Party*; ambos fundados em 1919 e cada um dos dois argumentavam que defendia às ideias de Lênin melhor que o outro (Buhle, Jo Buhle e Georgakas, 1990). O partido que se sobressaiu foi o *Communist Party of America*.

Até os dias de hoje, nunca houve uma chance realista de uma revolução socialista nos EUA. Mas seguindo a ideia marxista de inevitabilidade de transição das sociedades capitalistas para o socialismo (citado no capítulo I), tanto os marxistas soviéticos quanto os estadunidenses acreditavam que assim como todos os Estados capitalistas, os EUA estavam traçando um caminho até se tornar “maduro” o suficiente para a revolução socialista (Service, 2007).

Essa crença que inexoravelmente o mundo capitalista iria sucumbir perante a revolução socialista fez com que marxistas norte-americanos começassem a perceber similaridades entre a situação sócio-política da sociedade estadunidense dos anos 1920 e a Rússia pré-Revolução de Outubro (SERVICE, 2007). Essas semelhanças consistiam nos baixos salários, péssimas condições de trabalho, perseguição ao movimento trabalhista e as leis constitucionais estavam do lado dos empregadores. Os marxistas estadunidenses esperavam que essas condições levassem a um desfecho semelhante ao russo.

Diferentemente da camponesa Rússia pré-Revolução e nos primeiros anos da URSS, os EUA saíram da Primeira Guerra Mundial como a grande potência mundial. O crescimento econômico trouxe consigo avanços tecnológicos. Mas esse crescimento foi sustentado por uma imigração em massa para o país, sem a mão de obra barata estrangeira (originária principalmente da Rússia e a Europa da oriental) seria impossível manter os altos níveis de crescimento (SERVICE, 2010). Eles tinham péssimas condições de vida, vivendo amontoados nas fábricas e nos distritos industriais, sendo mal pagos e maltratados. Os russos também carregavam várias ideias políticas subversivas. Em uma visão estratégica, os comunistas pretendiam usar essa situação, não tendo assim que começar do zero.

Service (2007) argumenta que a os comunistas estadunidenses junto ao *Communist Party of America* foram instruídos por integrantes da liderança soviética que sua tarefa primária era dar apoio a URSS em todas as formas possíveis, não praticar nenhuma atividade ilegal e ser o fator-construtor de um partido de massa (ao qual seria infiltrado e controlado por organizações de esquerda). Também foram instruídos pelos soviéticos a participarem e estabelecerem contato com sindicato, movimentos negros e pequenos proprietários agrícolas, mas sob nenhuma circunstância deveria ter relações com o Kun Klux Klan.

No entanto, o Komintern, mesmo acreditando no mesmo, não estava convencido que o Partido Comunista Americano estava se esforçando ao máximo para criar um partido que combinasse pessoas com diferentes vivências e experiências. Na época, os negros eram a

maior minoria racial nos EUA. Tendo isso em vista, o partido se comprometeu em integrá-los, mas pouco fez para tal; em 1925, a delegação estadunidense foi questionada pelo próprio Stalin a respeito do insucesso em integralizar negros no partido, a resposta foi que havia preconceito e discriminação dentro do partido (SERVICE 2007).

Em contra partida, em 1927, o Komintern solicitou que a liderança o partido enviasse 10 membros negros “adequados” para treinamento na “*Communist University for the Toilers of the East*”, em Moscou. Os líderes do partido acharam que seria possível encontrar dois ou três candidatos “adequados” (Service, 2007). No entanto, não era só o partido comunista americano que era racista, o próprio Komintern também tinha raízes racistas, e os estudantes negros enviados relataram se sentir segregados. Robert Service explicita a contradição que era o Komintern ter membros racistas que não queria integralizar americanos negros ao grupo, pois esses eram descendentes de africanos colonizados; mas era uma organização voltava a ideia marxista de libertação de todos os povos. Era recorrente ouvir de membros do Komintern opiniões como “*for why should American negros, descendants of slaves from African and wholly assimilated to America’s culture and economy, be associated with Asia?*” (SERVICE, 2007, p. 123)

Apesar desses empecilhos, era esperado pelo Komintern que a crise econômica mundial fosse aumentar exponencialmente a adesão ao *Communist Party of America*. O aumento existiu, mas foi pequeno. O número de membros cresceu de 7.500 em 1929 para 90.000 em 1939 (SERVICE, 2007). Assim, o comunismo, na forma de um partido político e até mesmo do Komintern pouco conseguiu penetrar na sociedade estadunidense em termos práticos. Como dito, havia um partido comunista no país e o mesmo tinha uma relação direta com o Komintern e a URSS, mas o fator mais importante, o proletariado do país, não respondeu da forma esperada aos chamados e intervenções desses grupos, e inclusive, estava politicamente mais à direita (CRUSE, 1968)

Nessa perceptiva, mesmo com o racismo relatado dentro do *Communist Party of America* e do Komintern, se concretizou a visão que o grupo com mais potencial para dar início a uma revolução socialista nos Estados Unidos era a comunidade negra. Assim, por uma via, existiam os comunistas ligados a URSS querendo criar um elo entre o comunismo internacional e os movimentos negros no país. E por outra, haviam grupos propriamente do movimento negro estadunidense (como o *Black Panther Party* e o *Revolutionary Action*

Movement) que tinham as ideias marxistas como base ideológica e pautavam suas ações a partir disso.

No próximo capítulo, debateremos como certos movimentos político-sociais negros encontraram um ponto de intersecção e se encaixaram dentro do prisma do comunismo internacional, mesmo com o clima de aversão e repressão às ideias marxistas característico dos EUA, principalmente no pós Segunda Guerra Mundial.

4 Questão negra nos Estados Unidos

4.1 Consciência de classe vs consciência de raça

Tanto a consciência de classe quanto a consciência de raça são frutos de uma desigualdade social estrutural. Lewis (1965), em uma tentativa de conceitualizar a consciência de classe, explana que a mesma pode ser dividida em cinco eixos; o primeiro, a manifestação do conhecimento da existência de um sistema de estratificação na sociedade; segundo, o desejo de uma pessoa em designar onde ele sente que pertence nesse sistema; terceiro, a demonstração de interesses comuns com outro que se sentem da mesma forma; quarto, conhecimento dos interesses da classe que ele sente que pertence e, por conseguinte, demonstração de interesses comuns a esses; e por último, o um sentimento de solidariedade àqueles pertencentes a sua classe (LEWIS, 1965, p. 325). Na tradição marxista a respeito de luta de classes, a posição de Marx e Engels (1998) é de que a consciência de classe é resultado do conflito e opressão inerente ao sistema de classes.

A consciência de raça se apresenta como uma forma importante de consciência grupal. E pode ser definida como a tendência para a identificação sentimental e ideológica com um grupo racial, para um indivíduo “racialmente consciente”, a raça se torna um objeto de lealdade, devoção e orgulho; tendo isso em visto, a raça se configura como uma entidade, uma representação coletiva (BROWN, 1931, p. 90). Fazendo um recorte espacial, Woldemikael (1989) discorre que a consciência racial dos negros estadunidenses diz respeito à aceitação de sua identidade racial, a um agrupamento com outros tendo como base a raça e a atuação para mudar o *status* de desigualdade imposto aos negros.

É válido acrescentar a visão de Du Bois (1953), sociólogo considerado um dos mais importantes líderes do movimento negro estadunidense da primeira metade do século XX, com relação a importância da consciência racial dos negros e de como ela não representa a substituição da dominação branca por uma dominação negra, mas sim “a maneira de se tornar possível um homem ser tanto negro quanto americano, sem ser amaldiçoado e cuspidor por seus companheiros, sem ter as portas da oportunidade fechadas grosseiramente em sua cara” (DU BOIS, 1953, p. 17, tradução livre). Ou seja, em outras palavras, a consciência racial negra é um elemento de suma importância para a superação das desigualdades de raça.

E a questão da desigualdade racial levanta um impasse dentro da tradição marxista: seria a mesma uma consequência da problemática de classe ou de raça? Ainda nos primeiros passos, no pós-Revolução de Outubro, as perspectivas marxistas oriundas de Moscou a respeito do problema racial eram simplistas, reduzindo o racismo a uma forma de opressão de classe (CHADAREVIAN, 2007). Apenas no fim dos anos 1920 é que a questão negra ganhou mais profundidade em Moscou. Passou a ser vista como uma questão nacional e o racismo como um mecanismo de divisão da classe trabalhadora e de superexploração de proletários de minorias raciais.

Há uma perspectiva teórica de que raça não pode ser considerada um elemento tão importante quanto a classe para determinar as oportunidades de uma pessoa negra de melhorar sua qualidade de vida. Em outras palavras, nesse viés, a possibilidade de superação das desigualdades raciais tem mais relação com a posição de classe do negro do que com raça. William Julius Wilson é um dos nomes de destaque entre aqueles que defendem que raça é um componente significativamente decadente. Sendo assim, Wilson (1978) argumenta que progressivamente a raça está se tornando menos importante como algo determinante do destino das vidas das pessoas negras e que os negros com as habilidades necessárias agora têm a possibilidade de progredir economicamente enquanto aqueles que não têm essas competências não podem\conseguem avançar. Mesmo com esse caráter meritocrático, Wilson (1978) não nega as consequências geradas pelo sistema escravocrata e pela discriminação nas vidas das pessoas negras. Tendo isso em vista, é interessante acrescentar uma passagem do autor a respeito do tema:

Thus, when I speak of the declining significance of race, I am neither ignoring the legacy of previous discrimination nor am I arguing that racial discrimination no longer exists. I am referring to the relative role race plays in determining black life chances in the modern industrial period – in other words, the changing impact of race in the economic sector and, in particular, the changing importance of race versus class for mobility opportunities (WILSON, 1978, p. 167).⁷

Ademais, há nessa perspectiva de classe o entendimento que o aumento da qualidade de vida do negro (do fim da escravatura até o século XX) também aumentou a consciência de classe dos mesmos na mesma medida que diminuiu a consciência de raça. Em contra partida,

⁷ “Assim, quando falo do significado decrescente de raça, não ignoro o legado causado pela discriminação nem estou argumentando que a discriminação não existe mais. Refiro-me ao papel relativo que a raça exerce na determinação das oportunidades de vida dos negros no período industrial moderno – em outras palavras, o impacto mutável da raça no setor econômico e, em particular, a mudança da importância de raça versus classe para oportunidades de mobilidade.” em tradução livre. WILSON, W. J.. *The declining significance of race*. Chicago: University of Chicago Press, 1978. p. 167.

há aqueles que acreditam que a raça é o elemento primário responsável pela situação de vida dos negros. A base argumentativa dessa perspectiva de raça é que ainda existe uma disparidade entre negros e brancos no que diz respeito a características socioeconômicas como emprego, moradia, saúde e educação. Pettigrew (1980) argumenta que mesmo com os aumentos na qualidade de vida dos negros, a interação entre raça e classe também aumentou, tendo em vista que o negro pobre está em uma situação pior que o branco pobre e que o negro de classe média não tem o mesmo nível de segurança, *status* e riqueza que o branco de classe média.

Então, por essa ótica, a persistência da discriminação faz com que, em relação aos negros, a consciência de raça se sobressaia em comparação com a consciência de classe. Mas essa consciência de raça não é estática, podendo se expressar em diferentes formas devido às mudanças e transformações sociais, bem como a estratificação, que ocorrem dentro da sociedade; Assim, o tipo e o grau de consciência racial de um grupo racial específico pode mudar com o passar do tempo (DURANT e SPARROW, 1997).

Durant e Sparrow (1997) relatam que as atitudes dos negros com relação a raça e classe são definidos por suas experiências e seus *status* dentro da hierarquia de raça classe. Os autores exemplificam que é possível que uma pessoa negra de classe média perceba sua raça como sendo relativamente mais importante que sua classe por já ter experiência rejeição e discriminação [por serem negros] independentemente de sua classe (DURANT e SPARROW, 1997, p. 341)

Ao analisarem a questão de consciência de raça e classe entre negros pobres e de classe média, Durant e Sparrow (1997) concluíram que tantos os negros de classe média quanto os de classe mais baixa apresentam mais consciência de raça que de classe. Assim, o estudo dos autores indica que independente da classe social, a maioria dos negros sentem que a raça é um fator determinante de sua condição de vida, pois são constantemente confrontados com barreiras raciais, discriminação racial e tem oportunidades perdidas devido a sua raça.

4.2 Considerações sobre a qualidade de vida dos negros nos EUA no século XX

Indo de encontro a noção economicista e meritocrática de que o negro é totalmente responsável pela criação e continuidade da situação social a qual se encontra, Walters (2012) destaca que desdobramentos da escravidão negra ainda são fatores que influenciam fortemente na condição de vida do negro. E as circunstância das vidas das pessoas negras no

decorrer do século XX envolvem criminalização, negação de recursos governamentais federais para escolas e vizinhanças negras, falta de emprego justo, educação segregada, discriminação na habitação, dentre outros elementos (WALTERS, 2012).

Shachtman (2003) ressalta a questão educacional e de moradia. A educação segregada, fruto do racismo, onde as instituições educacionais negras têm menos recursos acaba que gerando uma deficiência nas vidas das pessoas negras. Atrelado a essa barreira para a ascensão social e melhoria na qualidade de vida dos negros está a discriminação de moradia e a criação dos “guetos”. Para o autor, essas são formas de se manter o negro numa situação socioeconômica baixa, onde a mão de obra negra vai ser mais facilmente explorada pelo capital.

Em conformidade com Max Shachtman (2003), Walters (2012) ressalta que a situação de vida do negro é resultado de uma dinâmica socioeconômica de classe, mas que essa dinâmica levou elementos de raça em consideração e reproduziu resultados racistas e desigualdade, que podem ser vistos na diferença salarial entre negros e brancos, na tabela 1. Ainda na visão do autor, os trabalhadores escravizados negros passaram um legado de pobreza e opressão para seus descendentes porque seu *status* não permitiu a aquisição de riqueza.

Tabela 1 - Ganhos anuais médios dos trabalhadores assalariados nos EUA no decorrer do século XX

	Male			Female		
	Black	White	Ratio	Black	White	Ratio
1939	\$537.45	\$1234.41	.44	\$331.32	\$771.69	.43
1949	1761.06	2984.96	.59	992.35	1781.96	.56
1959	2848.67	5157.65	.55	1412.16	2371.80	.59
1969	5341.64	8442.37	.63	3205.12	3786.45	.85
1979	11404.46	16703.67	.68	7810.66	7893.76	.99
1989	19417.03	28894.69	.67	15319.29	16135.65	.95

Fonte: MALONEY, 2002.

As leis de segregação e privação de direitos civis, conhecidas como sistema “Jim Crow”, representavam uma estrutura forma de apartheid racial que perdurou na região sul dos Estados Unidos do final do século XIX até 1965. As leis interferiam em quase todos os

aspectos do cotidiano, requerendo segregação nos espaços sociais, como escolas, parques, bibliotecas, bebedouros, banheiros, ônibus, trens e restaurantes. Placas de *whites only* (apenas para brancos) e *colored* (destinados a negros) eram lembretes dos constantes do ordenamento racial forçado (M. LEWEIS e RICHARD LEWIS, 2009).

Em termos legais, o tratamento dado aos negros era “separado mas igual” de acordo com lei. No entanto, as instalações públicas destinadas exclusivamente aos negros eram quase sempre inferiores às dos brancos. Além disso, aos negros o direito do voto foi sistematicamente negado na maior parte do Sul do país por meio a aplicação seletiva de testes de alfabetização e outros critérios de motivação racial (M. LEWEIS e RICHARD LEWIS, 2009).

4.3 A questão negra: o papel do negro no comunismo estadunidense

Essa perspectiva da consciência de raça se sobrepondo a de classe dos negros estadunidenses atrelada a visão de que os mesmos eram uma parte “menos qualificada” do proletariado, fez com que os primeiros comunistas estadunidenses interpretassem a adesão de pessoas negras ao movimento como um retrocesso e uma ameaça em potencial para a integridade do próprio movimento socialista. O racismo era visto como um elemento da ideologia da classe dominante, daqueles que detinham o capital; dessa forma, o contexto social dos negros foi posto no mesmo parâmetro que a experiência dos trabalhadores imigrantes europeus pelos comunistas estadunidenses (ROBINSON, 1983).

Considerando-se esses pontos, os partidos comunistas estadunidenses apenas começaram ativamente a recrutar pessoas negras em 1921. E isso não foi resultado de uma iniciativa espontânea desses partidos, mas sim reflexo das políticas iniciadas por Lênin já no pós-Revolução de Outubro [esplanadas no capítulo 2]. O líder do movimento comunista internacional escreveu para os comunistas estadunidenses expressando seu descontentamento a respeito da distância entre os partidos e os negros e como pouco estava sendo feito para mudar essa situação, mesmo que os negros representassem um elemento de importância estratégica para a atividade comunista (ROBINSON, 1983).

Harold Cruse (1968) relata que a realidade estadunidense fez com que os comunistas tivessem que encarar o movimento negro como o elemento radical de fato. Assim, o próprio Lênin sugeriu que os negros deveriam exercer um papel crucial tanto dentro dos partidos comunistas estadunidenses quanto no próprio movimento dos trabalhadores do país, uma vez

que, representavam a camada mais oprimida da sociedade dos EUA e por isso se configuravam como o setor social com mais predisposição a revolução nos Estados Unidos da America (ROBINSON, 1983).

Dessa forma, a teoria e a prática revolucionária marxista nos EUA basearam-se na hipótese de que os trabalhadores brancos, tanto organizados em sindicatos como não, deveriam ser uma força radical anticapitalista e formar uma aliança com o movimento negro em nome da libertação de todos os trabalhadores da exploração capitalista. Contudo, o movimento negro se fortaleceu enquanto uma força radical, mas, apesar dos esforços do comunismo internacional, os trabalhadores brancos estadunidenses se configuraram como conservadores, pró-capitalistas e também racistas (CRUSE, 1968).

Mesmo com essa premissa da importância de se integralizar o movimento negro a luta comunista nos EUA, os partidos comunistas não responderam eficientemente a isso. Como citado no capítulo 2, os dois partidos comunistas que surgiram no país como reflexo a Revolução Russa, o Communist Party of America (CPA) e o Communist Labor Party (CLP) eram partidos que divergiam em diversos níveis, mas estavam em sintonia em um quesito: relativa indiferença à situação dos negros estadunidenses (BERLAND, 2000).

O posicionamento do CPA em seu programa era de que a opressão racial sofrida pelas pessoas negras era uma expressão do problema de classe, sendo assim, para o partido, mesmo que a opressão racial tornasse a vida do trabalhador negro mais difícil que a do trabalhador branco, isso não alterava o caráter de classe da questão; a proposta do CPA para se superar essa opressão racial era estimular os trabalhadores negros a se unirem a “todos os trabalhadores com consciência de classe”, mas em contra partida, não se falava em motivar os trabalhadores brancos a fazerem parte desse esforço contra a opressão racial; O CLP, por sua vez, não chegou a sequer mencionar a questão negra em seu programa (BERLAND, 2000). Essa negligência dos partidos para com a questão negra pode ser lido como um reflexo do estado do comunismo estadunidense, constituído em grande parte por imigrantes de língua não-inglesa dispersados em organizações ilegais que, por sua vez enfrentavam repressão governamental (ZUMOFF, 2012).

Alguns socialistas eram abertamente racistas, um exemplo disso é Victor Berger, um dos membros fundadores do Social Democratic Party of America, que foi um apoiador da segregação entre brancos e negros e também contra a imigração de asiáticos. Mas grande

parte dos socialistas se posicionavam contra a opressão em relação aos negros, mas não viam essa opressão como algo central do capitalismo estadunidense; por exemplo, para Eugene Debs, líder socialista e cinco vezes candidato a presidência dos EUA pelo Social Democratic Party of America, os negros eram vítimas de uma exploração extrema de classe, mas não sofriam opressão racial (ZUMOFF, 2012).

Mesmo que a questão negra referida nesse trabalho diga respeito a uma questão estadunidense, proeminente de desdobramentos da história dos EUA, os comunistas estadunidenses se mostraram incapazes de perceber isso de forma autônoma. Como dito, Lênin mandou cartas aos partidos comunistas do país questionando a negligência dos mesmos no que se referia aos negros. Porém as intervenções substantivas do Komintern a respeito da opressão racial sofrida pelos negros nos EUA foram feitas nos congressos do Komintern. Em 1920, no Segundo Congresso do Komintern, Lênin mais uma vez se posicionou em prol da integração do comunismo estadunidense e do movimento negro; em 1921, no terceiro, foi estabelecida uma Comissão Negra para se lidar com questão negra em diversos países; em 1922, no quarto congresso, foi feita a primeira declaração oficial de política a respeito dos negros estadunidenses (ZUMOFF, 2012). A Comissão Negra era por se internacional devido a seus membros, formados por delegados dos EUA, Bélgica, Inglaterra, Japão, URSS e outros países, tendo assim, uma perspectiva internacional (ROBINSON, 1983).

A Comissão Negra no Quarto Congresso do Komintern, em 1922, esclareceu que luta em combate a opressão racial sofrida pelos negros deveria ser uma tarefa-chave dos comunistas estadunidenses, tendo que a questão negra tinha se tornado uma questão crucial na perspectiva da revolução mundial socialista (ZUMOFF, 2012). A resolução da comissão foi de que a história das pessoas negras nos EUA as qualificava a exercer um importante papel na luta pela libertação de todos os povos negros, assim, a resolução reconheceu a necessidade de apoio a toda forma de movimento negro que, de alguma maneira, enfraqueça ou impeça a continuidade da expansão do capitalismo, bem como fez o Komintern se comprometer a lutar pela igualdade entre não-brancos e brancos e igualdade salarial, política e de direitos sociais; também incitou os negros a participarem de sindicatos e também estimulou os sindicatos a organizarem os negros (ZUMOFF, 2012)

Fica claro, então, que se havia a percepção de que a questão racial era importante para o contexto do movimento comunista dentro dos EUA, principalmente por representar um elemento radical inserido na sociedade estadunidense, onde até o proletariado estava

politicamente à direita. Porém as ações tomadas pelos partidos comunistas dos Estados Unidos em resposta a isso não corresponderam a essa importância. Vale ressaltar que a questão racial não foi um aspecto de relevância que se resumia a experiência comunista estadunidense, mas sim algo significativo para o comunismo internacional, tendo em vista que o fator racial era indispensável para a iniciativa de revolução global que, como citado no capítulo 2, passou das “nações brancas” europeias para às nações “não-brancas” do mundo colonial e semicolonial (CRUSE, 1968).

Mesmo após o Quarto Congresso do Komintern, o partido comunista dos EUA teve um progresso lento no recrutamento de negros, mas gradualmente, sob pressão do Komintern, começaram a abordar mais e mais a opressão negra (ZUMOFF, 2012). A partir de 1928 a teoria de autodeterminação, oriunda de Moscou, passou a ter um papel importante na posição do Partido Comunista a respeito da questão negra estadunidense (RECORD, 1958). Assim, o Komintern e o Partido Comunista estadunidense passaram a reconhecer os negros dos EUA como uma nação oprimida, o que, nos anos 1930, resultou na adesão de milhares de negros ao partido em resposta às ações e intenções do partido (ROBINSON, 1983).

A análise de Marx e Engels (2003) a respeito da Guerra Civil dos EUA ilustra a posição dos autores a respeito de raça e questões nacionais nos Estados Unidos, que estavam convencidos que nenhuma revolução proletária poderia ocorrer nos Estados Unidos enquanto a escravidão continuasse como uma barreira para o completo desenvolvimento das formas de produção capitalista e para o surgimento de uma força de trabalho livre. Nas palavras dos autores:

The present struggle between the South and the North is, therefore, nothing but a struggle between two social systems, between the system of slavery and the system of free labor. The struggle has broken out because the two systems can no longer live peacefully side by side on the North American continent. It can only be ended by the victory of one system or the other (MARX e ENGELS, 2003, p. 82).⁸

Marx e Engels (2003), então, em seu trabalho a respeito da Guerra Civil nos EU não propuseram que a solução para o problema de escravidão estava na emancipação dos negros e no estabelecimento de um Estado e cultura própria. Diferentemente da posição adotada pelo partido comunista estadunidense e pelo Komintern, para os autores o problema dos negros

⁸ “A atual luta entre o Sul e o Norte é, portanto, apenas uma luta entre dois sistemas sociais, entre o sistema da escravidão e o sistema do trabalho livre. A luta começou porque os dois sistemas não podem mais viver pacificamente lado a lado no continente norte-americano. Isso só pode ser encerrado com a vitória de um sistema ou do outro.” em tradução livre. MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United State*. Colorado: Portage Publications, 2003. p. 82.

estadunidenses não era essencialmente um problema nacional (no sentido de formação de nação); os negros nos Estados Unidos eram uma parte integrante do feudalismo do sul, a libertação dos mesmos implicava no surgimento de uma força de trabalho livre nos moldes capitalistas e a possibilidade de formação de um movimento proletário num estado mais avançado de desenvolvimento econômico.

Então, esse posicionamento de que os negros nos EUA seriam uma “nação oprimida” foi adotado pela Internacional Comunista e pelo partido comunista do país não se desdobrou diretamente de Marx, mas sim de Lênin. Lênin (1974) diz que a todas as nações oprimidas (pelo imperialismo) devem ser dado o direito total de autodeterminação; não apenas autodeterminação nas áreas religiosas, línguas, socioculturais, mas o direito a separação política completa das nações capitalistas e suas formas de exploração. Para o autor e líder da revolução bolchevique, isso não resultaria na criação de uma série de pequenos Estados, mas sim em formas mais universais de governança (LÊNIN, 1974).

O Sexto Congresso do Komintern definiu a questão negra nos EUA como sendo uma questão nacional, e a solução para esse problema estava na autodeterminação. Como dito, o partido comunista seguiu essa resolução (RECORD, 1958). Mesmo que essa perspectiva tenha vindo de Moscou para o partido comunista do país, já havia dentro do movimento negro dos Estados Unidos a corrente de pensamento do “nacionalismo negro”.

4.4 Nacionalismo negro e o nacionalismo revolucionário

As discussões que giram em torno de nacionalismo, nacionalidade e nações acabam se baseando, geralmente, em critérios simples como língua e etnia ou uma combinação de critérios como a língua, o território comum, traços culturais comuns. Hobsbawm (1990) vai de encontro a isso, pois para o autor, tais parâmetros – como língua e etnicidade – são mutáveis e ambíguos. Na visão hobsbawmiana, questões mais amplas, como condições políticas, econômicas, administrativas e técnicas devem ser analisadas. Ademais, ele não considera a “nação” uma entidade social originária ou imutável; e acredita que o nacionalismo é um princípio que defende uma harmonia entre a unidade política e nacional, e o nacionalismo, no seu entendimento, é um fator constituinte da nação, vindo antes dela.

Hobsbawm (1990) destaca que o próprio conceito de “nação” é historicamente muito recente e, por isso, para ele, o sentido político na palavra “nação” só vai se sobressair no que ele chama de Era das Revoluções, o século XX, tendo em vista toda a movimentação

revolucionária de cunho nacionalista em nível mundial de ocorreu nesse período. Em relação ao nacionalismo revolucionário e conversando indiretamente com a questão dos nacionalistas negros estadunidenses, o autor complementa que:

De fato, se do ponto de vista revolucionário “a nação” tem algo em comum, não era, em qualquer sentido, a etnicidade, a língua ou o mais, mesmo que essas também pudessem ser indicações de vínculo coletivo. [...] O que caracterizava o povo nação, visto de baixo, era precisamente o fato de ele representar o interesse comum contra os interesses particulares e o bem comum contra o privilégio [...] (HOBSBAWM, 1990, p. 32).

Nessa perspectiva, uma das possibilidades de definição de nacionalismo é que ela é a busca, realização e manutenção da soberania, ou também um autogoverno em um sistema multinacional. O nacionalismo é fundamentalmente um conceito político, mas engloba diversas áreas, como economia, psicologia, música e religião; diz respeito ao povo exercendo o poder do Estado e governando ele mesmo. Mas para os negros estadunidenses (afro-americanos), o nacionalismo, genericamente, não abrange algo nessas proporções. Assim, desde o período que corresponde a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, solidariedade racial tem sido o princípio do nacionalismo negro (SCOTT, 2012).

O pensamento nacionalista negro pode ser visto como uma consequência da dualidade presente na experiência de vida dos negros estadunidenses. De um lado, são pessoas identificadas por suas “características raciais” como pessoas diferentes do estadunidense “típico” e por esse motivo são socialmente excluídos e tratados como inferiores; e por outro, têm que cumprir todas as suas responsabilidades de cidadão (BLAKE, 1969, p. 16).

Dois grupos se sobressaíram na promoção da noção de nacionalismo negro: UNIA e Nation of Islam. A *Universal Negro Improvement Association and African Communities League* (UNIA) foi fundada por Marcus Garvey, em Nova Iorque, em 1917. Sua filosofia abraçava completamente a negritude, enquanto rejeitava vigorosamente a chamada *white America* (BLAKE, 1969, p. 19). Já a Nation of Islam foi fundada em Detroit, no começo dos anos 1930, por Elijah Muhammad. De forma similar a UNIA, a *Nation of Islam* enfatizou a questão da consciência negra e orgulho racial e demandava a emancipação do negro estadunidense e criação de um Estado separado, mas tinha um caráter religioso (BLAKE, 1969).

Além da UNIA e *Nation of Islam*, outro grupo de destaque quanto à promoção do nacionalismo negro foi o Partido Comunista dos Estados Unidos, que tinha a visão que os

negros que viviam na região do *Black Belt* (uma área correspondente a onze estados no sul dos EUA) eram uma nação oprimida que tinha direito a nacionalismo, libertação e autodeterminação (SCOTT, 2012). Muitos negros de esquerda aprenderam ou reaprenderam o significado de nacionalismo através do partido comunista do país, e assim absorveram uma ideologia que pouco tinha a ver com soberania, já que o objetivo maior dos comunistas eram a Revolução Global socialista (SCOTT, 2012).

Depois da *Nation of Islam* e da UNIA, que tinham milhares de integrantes em grande parte dos EUA, surgiram outros grupos nacionalistas negros com implicações separatistas, como *African Nationalist Pioneer Movement*, fundado no começo dos anos 1940, Carlos Cooks. Mas a porcentagem de pessoas que deram continuidade a essa ideia de criação de um Estado-nação negro separado dos EUA nunca mais chegou aos parâmetros desses dois primeiros grupos (SCOTT, 2012). O foco do nacionalismo negro que perdurou foi o de solidariedade racial. Assim, alguns dos slogans do movimento eram *Buy Black, Don't buy where you can't work, Build negro business* (CRUSE, 1968).

No decorrer dos anos de 1960, a ligação entre nacionalismo negro e a busca por soberania estava quase quebrado por completo. Por todo os EUA haviam muitos nacionalistas negros que queriam a autodeterminação e libertação, mas poucos realmente queriam a criação de um Estado exclusivamente constituído por negros e independente. Arelado a essa mudança do nacionalismo negro estava a aproximação do movimento ao chamado “nacionalismo revolucionário”. Termo esse que diz respeito movimento revolucionário de libertação do mundo colonial da dominação imperialista, que também foi influenciado pelo comunismo internacional. A dimensão do nacionalismo revolucionário de libertação de pessoas de cor (não-brancas) dos poderes coloniais (caracterizados por pessoas brancas) chamou atenção dos nacionalistas negros (SCOTT, 2012). Algumas personalidades importantes dessa união do nacionalismo negro com o nacionalismo revolucionário foram Malcolm X, Harold Cruse, Robert Williams, Max Stanford e Huey P. Newton.

Nessa perspectiva, o “nacionalismo negro revolucionário” partia da premissa que os negros nos Estado Unidos tinham sido colonizados por um potência capitalista-imperialista. Em contraste a maioria dos povos de cor que estavam sendo oprimidas em sua terra-natal por um poder estrangeiro, os negros nos EUA representavam uma colônia interna, um povo situado em guetos, que estava sendo oprimido pela parcela de pessoas brancas do país; No entanto, os nacionalistas revolucionários negros conseguiam se ver “destruindo” um nação

por meio de uma revolução, mas não se enxergavam construindo uma nova, seja ela exclusivamente negra ou multirracial (SCOTT, 2012, p. 30). Harold Cruse complementa que:

The American Negro shares with the colonial peoples many of the socioeconomic factors which form the material basis for the present-day revolutionary nationalism. Like the people of the undeveloped countries, the Negro suffers in varying degree from hunger, illiteracy, disease, ties to the land, urban and semi-urban slums, cultural starvation, and the psychological reactions to being ruled over by others not of his kind (CRUSE, 1968, p. 76-77).⁹

Sob a ótica de Cruse (1968), desde o início a história dos EUA os negros estadunidenses têm existido como “sujeitos coloniais”. Sua escravidão coincidiu com o período de expansão colonial dos Estados europeus, assim, segundo o autor, em vez dos Estados Unidos criarem um império colonial na África, trouxeram o sistema colonial para o âmbito doméstico e o instalaram nos estados do sul do país. Ainda na perspectiva do autor, quando a guerra civil acabou com sistema escravocrata e o negro foi, então, emancipado, ele ganhou apenas uma liberdade parcial, onde não tinha igualdade em relação ao branco, nem independência.

Nos anos 1960, Malcolm X se configurou enquanto um dos líderes do nacionalismo revolucionário negro, mesmo não acreditando em um nacionalismo negro que envolvesse diretamente o Estado (ou criação de um Estado exclusivo para os negros estadunidenses). Em entrevista à *CBC*, em fevereiro de 1965, Malcolm X esclareceu sua posição quanto a tendência segregacionista do nacionalismo revolucionário negro:

I don't believe in any form of segregation [...] Elijah Muhammad taught his followers that the only solution was a separate state for black people. And as long as I thought he genuinely believed that himself. I believed in him and believed in his solution. But when I began to doubt that he himself believed that that was feasible, and I saw no kind of action

⁹ “O negro estadunidense compartilha com os povos coloniais muitos fatores dos fatores socioeconômicos que constituem a base material para o atual nacionalismo revolucionário. Como os povos dos países não desenvolvidos, o negro sofre em diferentes graus de fome, analfabetismo, doenças, vínculos com a terra, favelas urbanas e semiurbanas, fome cultural e reações psicológicas por pessoas não iguais a ele.” em tradução livre. CRUSE, Harold. *Rebellion or revolution*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1968. p. 76-77.

designed to bring into existence or bring it about, then I turned in a different direction (MALCOLM X, 1965)¹⁰

Então, o nacionalismo de Malcolm X envolvia a necessidade dos negros chegarem a posições de poder e\ou de governança para assim poderem controlar suas próprias comunidades; não a criação de um Estado-nação soberano para os negros estadunidenses. Mas mesmo assim ele se identificava e apoiou o nacionalismo revolucionário na África, Ásia e América Latina. E também demonstrou contentamento e aprovação com o desenvolvimento do socialismo africano (SCOTT, 2012). Dessa forma, tanto o “nacionalismo apátrida” focado no controle comunitário de Malcolm X quanto seu apoio ao nacionalismo revolucionário ao redor do mundo bem como seu esforço para internacionalizar a opressão racial sofrida pelos negros nos EUA e seu posicionamento quanto a autodefesa, autoajuda, orgulho racial se tornaram elementos importantes para o movimento negros nos Estados Unidos (SCOTT, 2012).

Na perspectiva de Cruse (1968) o nacionalismo negro era mais uma comunidade de autoproclamados nacionalistas que propriamente um movimento para criação de um Estado soberano, mas mesmo assim, segundo ele, o nacionalismo negro era um força permanente, enquanto que o estabelecimento de um Estado exclusivamente para os negros estadunidenses era apenas uma opção. “*The nationalists may the forced to demand the right of a political separation*” (Cruse, 1968, p. 94)¹¹. Ou seja, o segregacionismo era apenas uma possibilidade, não um objetivo final. E apesar de ver os negros estadunidenses como um povo colonizado, Cruse (1968) entendia que as chances de uma revolução (fruto do nacionalismo revolucionário negro) para criar um Estado soberano para os negros tinham pouca probabilidade de sucesso. Dessa forma, para o autor, as peculiaridades que envolvem os nacionalistas negros nos Estados Unidos, os exigiam ir de encontro à dominação, exploração e opressão branca e ainda assim descobrir uma maneira de viver no mesmo país.

Fica claro que dentro do movimento negro e no decorrer da história há uma variação quanto à abordagem do nacionalismo negro. Assim, o objetivo político do nacionalismo negro

¹⁰ “Eu não acredito em nenhuma forma de segregação [...] Elijah Muhammad ensinou seus seguidores que a única solução era um Estado separado para os negros. E como eu pensava, ele realmente acreditava nisso. Eu acreditei nele e acreditei em sua solução. Mas quando eu comecei duvidar que ele próprio acreditasse que isso era viável e não vi nenhuma ação projetada para criá-lo ou trazê-lo, então, eu virei em uma direção diferente.” em tradução livre. X, Malcolm. Malcolm on the Front Page Challenge., *CBS Digital Archives*, disponível em: <<http://cbc.ca.mevn.net/archives/entry/1965-malcolm-x-on-front-page-challenge>> Acesso em: 11\11\2017

¹¹ “Os nacionalistas podem ser forçado a exigir o direito a uma separação política.” em tradução livre. CRUSE, Harold. *Rebellion or revolution*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1968. p. 94.

pode variar da perspectiva de que as pessoas negras devem controlar os aspectos político-econômicos de suas comunidades (ideia ligada diretamente ao pensamento de Malcolm X), para o prisma de criação de um Estado soberano apenas para os negros estadunidenses. Porém, mesmo sendo algo que abrange grandes áreas, a finalidade comum que liga todas as correntes do nacionalismo negro é a libertação das pessoas negras da opressão (HARRIS, 2001).

Os pensamentos de Malcolm X e Harold Cruse, dentre outros, serviram de inspiração para várias correntes nacionalistas revolucionárias negras no EUA no decorrer dos anos 1960. Eles acreditavam que era necessário acabar com a exploração sofrida pelos negros e que os negros deveriam chegar a posições de poder e adquirir controle sobre as suas comunidades; de forma complementar a essa ideia, tinha aqueles que acreditavam que a resposta para o fim dessa exploração e opressão estava na revolução socialista; e de grupos nacionalistas negros mais conservadores, como o UNIA e a *Nation of Islam*, essa nova “geração” de nacionalistas negros criam que se a necessidade de criação de um Estado separado chegasse a se concretizar, deveria ser um Estado com caráter anticapitalista, multirracial (HARRIS, 2001).

Harry Haywood foi uma figura de grande importância dentro do Partido Comunista dos EUA, ele ajudou a concretizar dentro do partido a ideia de que os negros estadunidenses representavam um povo que precisava de um Estado. No entanto, já no período pós-Stalin, a concepção do mesmo quanto ao assunto mudou. Haywood (1966) passou a entender o nacionalismo negro nos EUA como um assunto apátrida, definindo-o mais como um sentimento que um movimento em busca de soberania nacional. Aliás, para o autor, o nacionalismo negro não requeria a criação de um Estado para os negros antes de, por meio de uma revolução, criar uma “América socialista”.

Em sincronia com Harry Haywood, a organização Black Panthers também se distanciou da ideia de um nacionalismo negro voltado ao separatismo. Para eles, a criação de uma nação exclusivamente para negros era opcional, diferentemente da revolução socialista, que era vista pelo grupo como essencial; ademais, os Black Panthers estavam dispostas a fazer parte de uma nação multirracial (SCOTT, 2012).

4.5 Os Panteras Negras

O Partido dos Panteras Negras foi fundado por dois jovens militantes negros, Huey P. Newton e Bobby Seale, em Oakland, no estado da Califórnia, nos EUA, em 1966. O nome

original do partido era Partido dos Panteras Negras para Autodefesa (*Black Panther Party for self-defense*), mas a medida que o partido foi caminhando para objetivos para além de apenas lutar contra brutalidade policial, retiraram o “autodefesa”, ficando então Partido dos Panteras Negras (HARRIS, 2001). A pantera foi o animal escolhido para representar o partido, pois é conhecida por nunca atacar a não ser que seja provocada e, quando atacada, se defende vigorosamente (PINKNEY, 2008). O programa do partido foi feito para suprir às necessidades da comunidade dos EUA. Assim, eles estabeleceram uma plataforma que se resumia a dez pontos:

1. Freedom or power to determine the destiny of black community; 2. Full employment for black people; 3. An end of robbery by white men of our black community; 4. Decent housing; 5. Education that exposes the true nature of the American society; 6. The exemption of all black men from military service; 7. An end of police brutality to black people and murders of black people by police officers; 8. The freedom of all black men held in federal, state, county, and city prisons and jails; 9. That black people have the privilege in being tried in courts by juries of their peers (people from their black communities) as defined by the Constitution of the United States; 10. The possession of land, bread, housing, education, justice and peace (HARRIS, 2001, p. 412).¹²

Como fica claro no programa do partido, brutalidade policial contra pessoas negras era um dos focos da organização. Assim, em prol de acabar com esses atos de violência, o partido começou a organizar grupos negros de autodefesa para defender a comunidade negra contra o racismo e brutalidade da polícia (PINKNEY, 2008). Apoiados na segunda emenda da Constituição dos EUA, que dá o direito a todos a portar armas, os Panteras Negras acreditavam que todos os negros deveriam carregar armas em nome da sua autodefesa. Tendo isso em vista, o partido passou a fazer patrulhas armadas nas comunidades negras; e o dinheiro para comprar essas primeiras armas vieram da venda do livro de Mao Tse-Tung, líder da Revolução Chinesa, “*Little red book, quotations from chairman Mao Tse-Tung*” (PINKNEY, 2008).

Na visão dos Panteras Negras, os policiais eram representantes oficiais do status quo e do “establishment” (daqueles que detém o poder), aos quais utilização violência contra

¹² “Liberdade ou poder para determinar o destino da comunidade negra; 2. Pleno emprego para os negros; 3. O fim da depredação da nossa comunidade por homens brancos; 4. Habitação decente; 5. Educação que exponha a verdadeira natureza da sociedade estadunidense; 6. A isenção de todos os homens negros do serviço militar; 7. Um fim a brutalidade policial aos negros e assassinatos de negros por policiais; 8. A liberdade de todos os homens negros detidos em presídios e prisões federais, estaduais, de condado e municipais; 9. Que os negros tenham o privilégio de serem julgados nos tribunais por júris de seus pares (pessoas de suas comunidades negras), conforme definido pela Constituição dos Estados Unidos; 10. A posse de terra, pão, habitação, educação, justiça e paz.” em tradução livre. HARRIS, HARRIS, J. C.. Revolutionary Black Nationalism: The Black Panther Party. *The Journal of Negro History*, v. 86, n. 3, p. 409-421. 2001.

peças negras com a aprovação do “establishment”, assim, eles se auto intitularam um grupo revolucionário que não tinha outra escolha além de lutar contra a violência policial (HARRIS, 2001)

Segundo Eldridge Cleaver (1967), um dos líderes do Partido dos Panteras Negras, a ideologia do partido era a experiência histórica do povo negro e o conhecimento obtido por ele em seus 400 anos de luta contra o sistema de opressão racial e exploração econômica, interpretado através de um prisma marxista-leninista. Nessa perspectiva do autor, os panteras negras eram marxista-leninistas que estudaram e entenderam os princípios clássicos do socialismo e os adaptaram às peculiaridades da vivência negra nos EUA.

A ex-integrante do Partido dos Panteras Negras, Kathleen Cleaver junto com George Katsiaficas (2013) afirmam que mesmo se distanciando do marxismo ortodoxo, o partido muitos aspectos importantes do marxismo-leninismo (citados no Capítulo 1). Assim, os Panteras Negras se comprometeram a uma análise marxista da sociedade, unindo raça e classe. Tendo como ponto de partida o ponto de vista marxista de que o capitalismo produz uma má distribuição dos recursos sociais devido ao inerente sistema de exploração em que a classe dominante (burguesia) explora o proletariado. Dessa forma, enquanto marxista-leninistas, o partido defendia uma luta revolucionário para criar uma sociedade socialista (CLEAVER e KATSIAFICAS, 2013). Ademais, é válido reforçar o comprometimento do partido a Revolução Socialista:

Party leaders turned to Marxism-Leninism for guidance in the BPP’s [Black Panther Party] opposition to racism, sexism, and capitalism. [...] BPP members clearly viewed themselves as disciplined, full-time revolutionaries committed to mobilizing support for a socialist revolution (CLEAVER, KATSIAFICAS, 2013, p. 98).¹³

No entendimento de Newton (1969), um dos fundadores do partido, os valores dos Estados Unidos eram valores capitalistas que legitimavam a exploração política e econômica das pessoas comuns, incluindo os negros, em prol do benéfico de poucos. Assim, o objetivo de Huey P. Newton era um sistema ao qual a produção de serviços e produtos se baseava nas necessidades do povo e não em nome do lucro, um sistema socialista. Newton (1969) acrescenta que no capitalismo estadunidense as massas não participam na decisão do que

¹³ “Os líderes do partido se inclinaram ao marxismo-leninismo para a orientação do BPP [Partido dos Panteras Negras] na oposição ao racismo, sexismo e capitalismo. [...] Os membros do BPP claramente se viam como disciplinados, revolucionários em tempo integral comprometidos com a mobilização de apoio a revolução socialista.” em tradução livre. CLEAVER, Kathleen; KATSIAFICAS, George. *Liberation, imagination and the Black Panther Party: a new look at the Panthers and their legacy*. New York: Routledge, 2013. p. 98.

produzir e que serviços oferecer, bem como no que deve ser distribuído, o que, segundo ele, acaba gerando uma distribuição desigual que se transforma em pobreza e sofrimento para milhões de pessoas. Fica clara uma perspectiva socialista dentro do partido atrelada a um conceito de necessidade de união e autonomia para os negros.

No processo de construção de uma política internacional, os Panteras Negras incorporaram uma série de trabalhos de teóricos da África, Ásia, América Latina e Europa. Não só no âmbito ideológico, mas a prática do partido estava diretamente ligada às ideias, aspirações e estratégias do movimento de esquerda global. Os movimentos revolucionários africanos (de descolonização) tiveram um grande impacto no partido, pois materializaram dois objetivos do partido: direito civis e dignidade humana; foram especialmente significativos a Revolta dos Mau-Mau no Quênia, a independência de Gana sob a liderança de Kwame Nkrumah, a resistência de Patrice Lumumba no Congo e a violenta revolução algeriana contra a dominação colonial francesa (CLEAVER e KATSIAFICAS, 2013).

Esses movimentos africanos e os seus revolucionários tiveram um grande impacto na orientação do partido. Em particular, o pensamento de Frantz Fanon teve um impacto singular na práxis dos Panteras Negras. O trabalho do autor *“The wretched of the Earth”* (2004) introduziu três conceitos que se tornariam essenciais para o partido: a analogia colonial, violência revolucionária e o potencial revolucionário do lumpemproletariado.

De acordo com Cleaver e Katsiaficas (2013), a análise colonial de Fanon influenciou substancialmente os Panteras Negras, e eles adotaram a visão de que a experiência negra estadunidense era paralela a dos povos colonizados pelo colonialismo tradicional. Assim, os líderes do partido preservaram a ideia de que a comunidade negra estadunidense constituía uma colônia interna que sofria uma destruição cultural, exploração econômica e opressão racial institucionalizada através da violência policial. No processo de descolonização, Fanon (2004) via a violência revolucionária como um elemento essencial na luta por independência, isso fica claro nessa passagem do autor: “in its bare reality, decolonization reeks of red-hot cannonballs and bloody knives. For the last can be the first only after a murderous and decisive confrontation between the two protagonists” (FANON, 2004, p. 3)¹⁴. Newton e Seale, fundadores do partido, estavam convencidos que a centralidade da violência revolucionária na transformação do oprimido presente no pensamento de Fanon tinha

¹⁴ “Em sua própria realidade, a descolonização cheira a balas de canhão vermelhas e facas ensanguentadas. O último só pode ser o primeiro após um confronto decisivo e mortal entre os dois protagonistas.” em tradução livre. FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 2004, p. 3.

relevância direta no processo de libertação dos negros estadunidenses; ademais, o conceito de violência revolucionária do autor também proporcionou aos Panteras uma base teórica que fortalecia a postura do partido quando a autodefesa armada.

Antes das declarações de Lênin e dos debates sobre a questão negra dentro das Internacionais, os negros eram vistos pelos comunistas estadunidenses como uma cama da sociedade sem consciência de classe e política, como o lumpemproletariado. Fanon é um dos autores que destacaram o potencial revolucionário do proletariado e forneceu para os Panteras Negras uma justificativa teórica para organizar as pessoas de sua comunidade que não tinham envolvimento direito com política. De acordo com Fanon, o lumpemproletariado é a alavanca para a revolução:

It is among these masses, in the people of the shanty towns and in the lumpenproletariat that the insurrection will find its urban spearhead. The lumpenproletariat, this cohort of starving men, divorced from tribe and clan, constitutes one of the most spontaneously and radically revolutionary forces of a colonized people (FANON, 2004, p. 81)¹⁵

Outras personalidades do movimento marxista mundial que influenciaram os Panteras Negras foram Mikhail Bakunin, Fidel Castro, Régis Debray, Che Guevara, Lênin, Marx, Engels, Kwame Nkrumah, Kim Il Sung e Mao Tse-tung. Dentre eles, é importante ressaltar o impacto que Mao teve nos Panteras Negras, tanto o pensamento quanto as práticas do líder da Revolução Chinesa serviram como um guia revolucionário para as ações do partido, assim, os ensinamentos de Mao moldaram as estratégias, táticas de mobilização e disciplina organizacional dos Panteras. A adaptação de Mao do marxismo-leninismo às condições peculiares do povo chinês também motivo os Panteras Negras, uma vez que, eles prezavam pela necessidade de se criar um projeto revolucionário que levasse em conta primordialmente a experiência negra estadunidense (CLEAVER e KATSIAFICAS, 2013) A adoção do partido de ideias revolucionárias internacionais foi proeminente dessa ligação dos Panteras Negras ao movimento de esquerda global.

Na perspectiva de Spencer (2009), foi o Partido dos Panteras Negras que, nos anos 1960, tornou o internacionalismo uma expressão programática sustentável da luta pela libertação dos negros estadunidenses. Os Panteras uniram uma postura internacionalista

¹⁵ “É entre essas massas, nas pessoas das avelas e no lumpemproletariado que a insurreição vai encontrar a sua ponta de lança urbana. O lumpemproletariado, esse grupo de homens famintos, divorciados da tribo e do clã, constitui uma das forças mais radicais e espontaneamente revolucionárias de um povo colonizado.” em tradução livre. FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 2004, p. 81.

radical que englobava anticolonialismo, solidariedade aos países do então chamado terceiro mundo (nas dinâmicas da guerra fria) e oposição ao imperialismo dos EUA com uma crítica radical da sociedade estadunidense, dando destaque a pobreza urbana, condições de moradia, educação desigual e brutalidade policial. E mesmo que inicialmente o objetivo do partido tenha sido o combate a brutalidade policial, racismo e desigualdade econômica, o partido se transformou em um veículo voltado a exposição e crítica dos ligações entre a política doméstica e externa dos Estados Unidos (SPENCER, 2009).

Uma demonstração de vontade de colocar a experiência negra estadunidense no prisma do movimento internacional de libertação dos povos oprimidos foi a mudança do terceiro ponto do programa do partido de “*an end of robbery by white men of our black community*” para “*an end to the robbery by the capitalist of our black community*” (BLOOM e MARTIN JR., 2013)¹⁶. O programa de dez pontos dos Panteras, que resumia os objetivos e princípios do partido, fazia uma ligação direta entre a brutalidade policial sofrida pelos negros em suas comunidades com a conduta das tropas estadunidenses no Vietnã; isso fica claro no sexto ponto do programa que pedia que os negros fossem dispensados do serviço militar, para que os mesmo não tivessem que lutar contra e matar outras pessoas de cor, que assim como os negros estadunidenses, estavam sendo vítimas do racismo institucionalizado dos EUA (SPENCER, 2009).

Acerca da guerra no Vietnã, diferentemente do movimento pacifista mais popular, que focavam em protestar pela paz e a retirada das tropas estadunidenses do território vietnamita, os Panteras Negras reivindicavam solidariedade a resistência vietnamita e a derrota do imperialismo os Estados Unidos (SPENCER, 2009).

Spencer (2009) ilustra que havia o entendimento dentro da liderança do partido que a burguesia estadunidense tinha um caráter internacional e a única forma de combatê-la era por meio de uma estratégia também internacional, unindo todos os povos oprimidos em nome da revolução socialista mundial. Assim, o internacionalismo se tornou algo tão presente e marcante do partido que Huey P. Newton, um dos fundadores dos Panteras Negras, criou sua própria filosofia, o *intercommunalism*, onde o imperialismo estadunidense teria transformado

¹⁶ “‘Um fim a depredação da nossa comunidade negra por homens brancos’ para ‘o fim da depredação da nossa comunidade negra pelo capitalismo.’” em tradução livre. BLOOM, Joshua; MARTIN JR, Waldo E. *Black against Empire: the history and politics of the Black Panther Party*. Los Angeles: University of California Press, 2013.

o entendimento de soberania e autodeterminação a tal ponto que as nações não mais existiam, devido a tecnologia, mídias de massa e poder de fogo do imperialismo (SPENCER, 2009).

As políticas anti-imperialistas do Partido dos Panteras Negras e sua ligação com o pensamento marxista proporcionaram ao partido a oportunidade de estabelecer alianças com atores internacionais (BLOOM e MARTIN JR., 2013). E os Panteras chegaram até a receber apoio direto de certos Estados, como Cuba e a Argélia, o partido também estabeleceu uma relação de proximidade com a Coreia do Norte (SPENCER, 2009).

Na dinâmica da Guerra Fria, o Partido dos Panteras Negras se configurou como um grupo armado, com uma ideologia subversiva marxista-leninista, que defendia uma revolução internacional socialista bem como ia de encontro ao imperialismo estadunidense e mantinha relações com atores internacionais ligados à URSS, em destaque, Cuba, o Estado sob um regime comunista com mais proximidade aos Estados Unidos. Em consequência, o governo dos EUA começou a reprimir o partido. Em 1967, o FBI lançou o COINTELPRO, um programa voltado para o combate a grupos que eles consideravam pregar violência e desordem civil.

Ward Churchill e Jim Wander Wall (1990) ao expor documentos do programa, mostram que os Panteras Negras eram o principal alvo do COINTELPRO: *“It is the most violence-prone organization of all the extremist groups now operating in the United States. This group has a record of violence and connections with international revolutionaries [...]”* (CHURCHILL e WANDER WALL, 1990, p. 124).¹⁷ Eventualmente, o COINTELPRO conseguiu intimidar e corromper os principais membros do Partido dos Panteras Negras – Newton, Seale e Cleaver, e os mesmo começaram agir de uma maneira deliberadamente projetava pelo programa do FBI para destruir o partido e sujar a imagem deles não só entre os membros do grupo, mas na comunidade negra em geral (HARRIS, 2001).

O Partido dos Panteras Negras se caracterizou como uma organização de esquerda negra na luta pela liberdade dos negros estadunidenses. E durante os seus dezesseis anos de história (de 1966 a 1986) o partido situou o protesto negro dentro de um enquadramento global voltado a revolução socialista mundial.

¹⁷ “É a organização mais propensa a violência de todos os grupos extremistas que atuam nos Estados Unidos. Este grupo tem um histórico de violência e conexões com revolucionários internacionais.” em tradução livre. CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers*. Boston: South End Press, 1990. p. 124.

4.6 *Revolutionary Action Movement*

O *Revolutionary Action Movement* (RAM) foi fundado em 1963, pelo ativista Max Stanford. Assim como o Partido dos Panteras Negras, o RAM representou uma das primeiras tentativas sérias e sustentáveis, no pós-Segunda Guerra Mundial, de se unir marxismo, nacionalismo negro e internacionalismo em um programa revolucionário coerente. Também era intenção do grupo mostrar que a luta pela libertação dos negros estadunidenses fazia parte da vanguarda da revolução socialista mundial (KELLY e ESCH, 1999).

Ideologicamente, o *Revolutionary Action Movement* era uma organização nacionalista negra com um caráter anti-imperialista, anticapitalista e antirracismo. E defendia que a maior contradição do mundo era o imperialismo ocidental e os revolucionários não-brancos (STANFORD, 1989). Os membros do RAM também se inspiraram em personalidades do movimento comunista estadunidense como Robert Williams, Harold Cruse e Harry Haywood, em uma perspectiva mais internacional, Mao Tse-tung influenciou substancialmente o grupo. Os líderes da organização, assim como Max Stanford, se sentiam conectados aos rebeldes camponeses chineses que levaram o comunismo a vitória na China. E influenciados por Mao, defendia uma insurreição armada (KELLY e ESCH, 1999).

Mas as contribuições do RAM permaneceram mais na teoria que na prática. Permanecendo grande parte do tempo como um grupo clandestino, focou trabalho de propaganda política comunista. Mas o programa do grupo englobava a criação de organizações estudantis negras nacionais, o fim do desemprego, cooperativas agrícolas e a formação de um exército de guerrilha. E dava ênfase ao internacionalismo, apoiando movimentos e libertação nacional na África, América Latina e Ásia.

Inspirados no trabalho de Cruse (1968), os membros do RAM se viam como parte de um sistema colonial e que os mesmos estavam lutando uma guerra colonial no âmbito doméstico. Dessa forma, eles entendiam que os negros dos EUA não eram cidadãos estadunidenses que tiveram seus direitos negados, mas sim sujeitos coloniais escravizados, por isso eles lutavam pela libertação dos negros da dominação imperialista dos Estados Unidos (KELLY e ESCH, 1999).

Mesmo tendo sido influenciados pela Revolução Russa, os membros do *Revolutionary Action Movement*, não acreditavam que a revolução mundial socialista partiria de um país europeu formado majoritariamente por uma população branca, mas sim, no contexto da

Guerra Fria, de um país do terceiro mundo. Assim, eles criaram ligações entre o movimento de libertação dos negros estadunidenses com o que estava acontecendo em países como Cuba, Argélia, Vietnã, Indonésia (Stanford, 1989). Mas assim como os Panteras Negras, o RAM por volta de 1969 já tinha praticamente se dissolvido devido às ações do COINTELPRO.

4.7 *Black Power*

O movimento dos Direitos Civis negros, sob a liderança de Dr. Martin Luther King, começou no final de 1955 visando integrar finalmente os negros a sociedade estadunidense. Para a luta, Dr. King adotou uma postura de não-violência, mesmo movimento tendo sido recebido com atitudes violentas por grupos racistas (GAIKWAD, 2003). Apesar disso, por volta do fim dos anos 1950, o movimento dos Direitos Civis com sua tática de não violência conseguiu assegurar aos negros a base legislativa para o direito ao voto, integração em lugares públicos e melhores oportunidades em educação e emprego, porém em prática, segregação e discriminação (ALTBACH, 1966).

Assim, o movimento *Black Power* vai surgir nos anos de 1960 como uma continuação mais radical e politicamente mais à esquerda do movimento dos Direitos Civis. De forma comparativa, mesmo que tenha mobilizado diversas pessoas independentemente de classe social, a liderança do movimento dos Direitos Civis era constituída por pessoas de classe média e, em termos políticos, moderadas. Já o *Black Power* estava ligado diretamente aos guetos e tinha uma postura mais radical, devido principalmente à violência policial contra negros (GAIKWAD, 2003).

Tendo isso em vista, o *Black Power* enquanto movimento surge tanto por uma frustração em relação ao movimento dos Direitos Civis, considerando-se que ele não conseguiu trazer a igualdade desejada e a condição de vida dos negros estadunidenses continuava muito difícil, mas também por uma necessidade de mudança de estratégia (ALTBACH, 1966).

Por conseguinte, uma das principais características do movimento *Black Power* foi buscar nas ideias marxistas às respostas para o porquê, mesmo após um movimento de tamanha magnitude como o dos Direitos Civis, os negros estadunidenses continuavam sendo discriminados e explorados. Isso vai refletir na postura das organizações (como a de mais destaque – Black Panther Party, e o Revolutionary Action Movement) que surgiram na era do *Black Power*, postura essa ligada, entre outros fatores, a uma internacionalidade,

anticolonialismo, anti-imperialismo, de solidariedade aos países do “terceiro mundo” e de revolução socialista.

5 Considerações finais

A essência das ideias marxista é constituída por um pensamento voltado a internacionalidade. E ao longo da história se estabeleceram nesse âmbito que transcende as barreiras nacionais. Como foi visto, especificamente em Marx, não há uma discussão direta a respeito das Relações Internacionais, mas em meio aos seus trabalhos, fica clara a posição do autor e de toda a corrente marxista de que as relações internacionais estão para além da exclusividade de relações entre Estados nacionais.

É elucidado também que o marxismo, enquanto ferramenta teórica e analítica de caráter estrutural, com base nas relações de classe, nas formações sociais e levando em conta uma gama de esferas do conhecimento – como política, economia, história, sociologia, antropologia, direito etc.– disponibiliza instrumentos para se estudar as forças determinantes da política mundial, que por sua vez, permitem o entendimento das relações entre os Estados, das assimetrias, das hegemonias, e tantos outros aspectos que são alvo de estudo na ciência das Relações Internacionais.

Assim, o estudo do sistema internacional por meio dos acessórios de análise marxistas é proveitoso e significativo para se entender as bases aos quais se apoia esse mesmo sistema, para se compreender as relações entre os atores internacionais e, principalmente, para se entender a expansão econômica e o capitalismo em nível global. Ademais, há no marxismo uma preocupação com a economia política, que demonstra ser efetiva a respeito da análise não só do sistema capitalista mundial, mas também da ordem política mundial.

A internacionalidade das ideias marxistas também tem um caráter revolucionário que vai de encontro ao capitalismo, pois considera o mesmo um sistema de abrangência internacional que envolve atividades de exploração universalizantes e expansionistas. Para enfrentar esse oponente internacional, o marxismo e suas correntes – ligadas a Lênin, Trotsky, Mao – propõem uma estratégia também internacional para a luta de classes que una toda o proletariado mundial e que seja forte o suficiente para dar início a revolução mundial socialista e estabelecer o comunismo como o sistema vigente da ordem internacional.

Nessa perspectiva de criação de uma estratégia internacional, a Revolução de Outubro, em 1917, na Rússia, vai se caracterizar como peça-chave, pois pela primeira vez um movimento revolucionário conseguiu formar um governo feito pelo e para o proletariado de forma durável, após a derrubada do império czarista e do governo provisório. Tendo isso

vista, A Revolução de Outubro se estabeleceu como um símbolo para aqueles ligados às ideias marxistas do primeiro passo dado rumo à revolução mundial socialista e de que o capitalismo estava mais próximo de sucumbir. Símbolo esse capaz e ascender uma chama revolucionária que se espalhou por movimentos organizados de proporções variantes da China à Cuba.

Mas o movimento revolucionário russo transcendeu a influência simbólica que inspirou revolucionários ao redor do mundo. A partir da Revolução russa se constituiu a União Soviética, ator de suma importância no cenário internacional do século XX e que cresceu e agiu ciente do seu papel em prol da revolução mundial. E tendo isso em vista, criou a Terceira Internacional – o Komintern, para coordenar os partidos comunistas dos outros Estados nacionais. Fica claro que as ideias marxistas ganharam corpo na formação da União Soviética, não se resumindo a constituição apoiada na luta de classe de um governo estruturado pelo e para o povo, mas também nos aspectos geopolíticos do Estado soviético que prezavam tanto pela sobrevivência da URSS em uma perspectiva que englobava questões nacionalistas e o papel crucial em termos da estratégia para a revolução mundial socialista exercido pelo Estado soviético, quanto pela construção do comunismo internacional.

O século XX foi marcado por grandes acontecimentos, durante esse período o comunismo internacional teve seus altos e baixos, mas foi no fim da Segunda Guerra Mundial que a URSS conseguiu antagonizar formalmente o maior símbolo capitalismo da época. Assim, a Guerra Fria mostrou uma época politicamente efervescente. A Rússia estava mais forte que nunca, mas seu poder de influência na Europa agora tinha mais uma barreira, a intervenção estadunidense no pós-guerra, o que acarretou em uma mudança gradual na visão de onde partira\se teria início a Revolução Mundial socialista.

A Revolução Chinesa de 1949 abriu um novo escopo e renovou os ares do comunismo internacional, se tornando o símbolo do movimento revolucionário não-ocidental, não-branco, colonizado, que ciente da importância das especificidades de cada movimento, adaptou o marxismo-leninismo às peculiaridades da experiência do seu país. Em um momento estratégico, já que foi nesse período pós-Segunda Guerra Mundial que no mundo colonial os movimentos revolucionários de libertação nacionais das forças imperialistas ganharam mais força. Então, os olhos, esperanças e esforços do comunismo internacional se voltaram a questão colonial.

Mas antes mesmo do estabelecimento da Guerra Fria e dessa onda revolucionária no mundo colonial já existia no movimento negro estadunidense o entendimento que os negros nos Estados Unidos constituíam um caso de um sistema colonial instalado no âmbito doméstico dos EUA. Que foi intensificado com a resolução o VI Congresso do Komintern que declarou que a situação dos negros nos Estado Unidos constituía um caso de questão nacional, que deveria ser resolvido por meio da autodeterminação.

Vale ressaltar, que era do interesse do Komintern fazer com que o movimento comunista do país se aproximasse do movimento negro, pois considerava os negros como sendo o elemento mais radical presente na sociedade estadunidense naquela época. Então, dado a opressão e exploração sofrida pelos negros no país, havia dentro do movimento negro correntes separatistas que só queriam a constituição de um Estado apenas para negros e não tinham relação com o comunismo internacional, mas também tinha aqueles que visavam o separatismo, mas que tinha a revolução mundial socialista como o objetivo-final. Em sintonia com o ambiente do comunismo internacional voltado ao apoio aos movimentos de libertação nacionais que marcaram a segunda metade do século XX, a questão nacional-colonial vai se caracterizar como um dos principais pontos de intersecção entre os movimentos negros estadunidenses e o comunismo internacional.

Tendo isso em vista e o que foi exposto no decorrer do corpo do trabalho, a internacionalidade das ideias marxistas e do movimento comunista influenciaram movimentos político-sociais negros nos Estados Unidos na década de 1960 de forma dual. De um lado, de forma exógena, havia a URSS e o Komintern que queriam estabelecer uma aproximação entre o partido comunista e o movimento negro do país, por como dito, considerá-lo o elemento mais radical da sociedade estadunidense, e fez uma ponte para essa aproximação ao declarar que os problemas enfrentados pelos negros nos Estados Unidos consistiam em uma questão nacional que conversou com o movimento nacionalista negro já presente no país.

Por outro lado, de forma endógena, na década de 1960, quando movimentos negros perceberam que, mesmo após toda a mobilização em prol dos Direitos Civis, o negro continuava sendo oprimido e explorado dentro dos Estados Unidos, surgiram grupos que buscaram nas ideias marxistas uma explicação para essa situação, que era uma questão de classe intensificada pelo racismo e encontraram no marxismo também uma “solução” ou caminho a ser tomado, o socialismo. Exemplos desses movimentos são o Partido dos Panteras Negras e o *Revolutionary Action Movement*, grupos do movimento negro estadunidenses

comprometidos as ideias marxistas de lutas de classe, mas também envolvidos com a esfera do comunismo internacional a época ligada a internacionalidade, ao anti-imperialismo, anticolonialismo e de solidariedade aos movimentos revolucionários de libertação nacionais na África e aos países do “Terceiro Mundo”. Em conformidade ao Komintern e a URSS, esses grupos também acreditavam que a situação dos negros nos Estados Unidos também envolvia uma questão nacional, mas não apoiavam um separatismo *per si*, eles aspiravam a revolução socialista mundial.

E tinham como grandes símbolos a Revolução de Outubro, por ser a primeira e ter se desdobrado em algo tão grande e importante, a URSS, e a Revolução Chinesa por ser um proletariado não-branco que, através de um movimento revolucionário baseado na adaptação do marxismo-leninismo à sua experiência, derrubou a força dominante e chegou ao poder. Assim, como também foi mostrado no corpo do trabalho, esses movimentos na década de 1960, com base na internacionalidade das ideias marxistas, tentaram internacionalizar a luta negra estadunidense pelo fim da opressão e com isso, se vincularam e se posicionaram dentro do movimento comunista internacional.

Vale ressaltar que a perseguição policial a negros já era característico e abundante, na década de 1960, que representa um dos pontos mais altos da Guerra Fria, onde havia uma intensa perseguição interna a todos os grupos considerados subversivos pelo governo dos Estados Unidos, terem surgidos movimentos negros com uma bagagem ideológica marxista tão forte e em sintonia com o internacional é bastante significativo em termos históricos. Com destaque aos Panteras Negras, eram milhares de pessoas empunhando armas de fogo e pregando a revolução socialista em solo estadunidense no auge da Guerra Fria

Referências bibliográficas

- ALTBACH, P. G.. “Black Power” and the US Civil Rights Movement. *Economic and political weekly*, v. 1, n. 6, p. 233-234, 1966.
- BLAKE, J. H.. Black Nationalism. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, v. 382. p. 15-25, 1996.
- BERLAND, O. The emergence of the communist perspective on the “negro question” in America: 1919-1931: part one. *Science & Society*. v. 63, n. 4, p. 411-433. 2000.
- BLOOM, Joshua; MARTIN JR, Waldo E. *Black against Empire: the history and politics of the Black Panther Party*. Los Angeles: University of California Press, 2013.
- BOTTOMORE, Tom. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.
- BRAZ, M.. Lutas de classe, luta revolucionária e partido em Lenin. In: DEO, A.; MAZZEO, A. C.; ROIO, M. D.. *Lenin: teoria e prática revolucionária*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015.
- BROWN, W. O. The Nature of Race Consciousness. *Social Forces*, v. 10, n. 1, p. 90-97, outubro. 1931.
- BROWN, Archie. *The rise and fall of communism*. Londres: Random House, 2010.
- BUHLE, M. J.; BUHLE, P.; GEOGAKAS, Dan.. *Encyclopedia of the American left*. New York: Garland Publishing, 1990.
- CHADAREVIAN, P. C.. Os precursores da interpretação marxista do problema racial. *Crítica Marxista*, v. 24, n. 1, p. 73-92. 2007.
- CHURCHILL, Ward; WALL, Jim Vander. *The COINTELPRO Papers*. Boston: South End Press, 1990.
- CLEAVER, Eldridge. *On The Ideology of the Black Panther Party*. [S.l.: s.n.], 1967.. Disponível em: <http://www.freedomarchives.org/Documents/Finder/Black%20Liberation%20Disk/Black%20Power!/SugahData/Books/Cleaver.S.pdf>>. Acesso em: 19\11\2017

CLEAVER, Kathleen; KATSIAFICAS, George. *Liberation, imagination and the Black Panther Party: a new look at the Panthers and their legacy*. New York: Routledge, 2013.

CRUSE, Harold. *Rebellion or revolution*. Minnesota: University of Minnesota Press, 1968.

DER THIAM, I.; MULIRA, J.; WONDJI, C.. A África e os países socialistas. In: MAZRUI, A.A.; WONDJI, C.. *História Geral da África, VIII: África desde 1930*. Brasília: UNESCO, 2010. p. 965-1002.

DU BOIS, W. E. B. *The souls of black folks*. New York: Fawcett, 1953.

DURANT, T. J; SPARROW, K. H. Race and class consciousness among lower- and middle-class blacks. *Journal of black studies*, v. 27, n. 3, p. 334-335, janeiro. 1997.

FANON, Frantz. *The wretched of the earth*. New York: Grove Press, 2004.

FONSECA, Daniel Ferreira da. Direitos Humanos na África do Sul: entre o apartheid e o neoliberalismo. *Projeto História*, n. 51, pp. 15-39. 2014.

GAIKWAD, D. S.. The Black Panther Party of USA: rise and fall. Proceedings of the Indian History Congress, v. 64, p. 1326-1334, 2003.

HARRIS, J. C.. Revolutionary Black Nationalism: The Black Panther Party. *The Journal of Negro History*, v. 86, n. 3, p. 409-421. 2001.

HAYWOOD, Harry. The two epochs of nation-development: Is black nationalism a form of classical nationalism?. *Soulbook 4*. p. 257-266. 1966.

HOBBSAWM, Eric. J.. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

HOBBSAWN, Eric j.. *História do Marxismo, v1: O marxismo no tempo de Marx*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos: o breve século XX*. São Paulo: Editora Schwarcz, 1994.

KELLEY, Robin D. G., ESCH, Betsy. Black like Mao: Red China and Black Revolution. *souls* 1, n. 4 (fall 1999), p. 6-41.

KUISONG, Y.; SMITH, S. A.. The Comintern. In: SMITH, S. A (Ed). *The Oxford Handbook of the History of Communism*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 220-235

LENIN, Vladimir. *Collected works*. Moscow: Progress Publishers, 1974. v. 21.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. *O imperialismo, etapa superior do capitalismo*. Campinas: Unicamp, 2011.

LEWIS, L. S. Class consciousness and inter-class sentiments. *The Sociological Quarterly*, v. 6, n. 4, p. 325-338, outono. 1965.

LEWIS, Catherine M.; LEWIS, J. Richard. *Jim Crow America: a documentary history*. : Fayetteville: The University of Arkansas Press, 2009.

LINKLATER, Andrew. Marxism. In: BURCHILL, S.et al. *Theories of International Relations*. New York: Palgrave Macmillan, 2005. p. 110-136.

LUXEMBURGO, Rosa. *Acumulação do Capital*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

LUKÁCS, Gyorgy. *Lenin: um estudo da unidade do seu pensamento*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MÁRMORA, Leopoldo. *El concepto socialista de nación*. México: Singlo XXI, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl. *Grundrisse*. EUA: Randon House, 1973.

MARX, Karl. *Selected Writings*, 2nd edn, David McLellan (ed.) Oxford: Oxford University Press, 2000.

MARX, Karl. *The First International and After*. Londres: Penguin Book, 1992.

MARX, Karl. *Civil war in France: The Paris Commune*. New York: International Publishers, 1985

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *The civil war in the United States*. Colorado: Portage Publications, 2003.

MALONEY, Thomas N. *African Americans in the Twentieth Century*. 2002. Disponível em: <<https://eh.net/encyclopedia/african-americans-in-the-twentieth-century/>> Acesso em: 21 out. 2017.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. *Teoria de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NEWTON, H. P.. The Black Panthers. *Ebony Magazine*, v. XXIV, n. 10, agosto, 1969.

PECEQUILO, Cristina Doreanu. *Introdução às Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2004

PONS, Silvio. *A revolução global: história do comunismo internacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

PETTIGREW, T. F. The changing – not declining significance of race. *Contemporary Sociology*, v. 9, n. 1, p. 19-21, janeiro. 1980.

PINKNEY, Alphonso. *Red, black and green: black nationalism in the United States*. Cambridge: Cambridge University Press, 1976.

RATTNER, Henrique. Dossiê: 60 anos da Revolução Chinesa. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 101, p. 33-40. 2009.

RECORD, W.. The development of the communist position on the negro question in the United States. *The Phylon Quartely*, v. 19, n. 3, p. 306-326. 1958.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *As revoluções russas e o socialismo soviético*. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

ROBINSON, Cedric J. *Black Marxism*. North Carolina: The University of North Carolina Press, 1983.

RUPERT, M.. Marxism. In: GRIFFITHS, M. (Ed). *International Relations theory for the twenty-first century*. New York: Routledge, 2007. p. 35-46.

SARFATI, Gilberto. *Teorias de Relações Internacionais*. São Paulo: Saraiva, 2005

SHACHTMAN, Max. *Race and revolution*. New York: Verso, 2003.

SERVICE, Robert. *Comrades! : a history of world communism*. Cambridge: Harvard University Press, 2007.

SCOTT, D. M. How Black Nationalism became su generis. *Association for the Study of African American Life and History*. v. 1, n. 2, p. 6-63. 2012.

SPENCER, R.. Merely one link in the Worldwide Revolution: Internationalism, State Repression, and the Black Panther Party, 1966-1972. In: WEST, M. O.; MARTIN, W. G.; WILKINS, F. C. (Ed). *From Toussaint to Tupac: the Black International since the age of Revolution*. Chapel Hill: The University of North Caroline Press. 2009. p. 215-231.

STANFORD, Maxwell C. *Revolutionary Action Movement: a case study of an urban revolutionary movement in western capitalist society*. Atlanta: Atlanta University Press, 1986.

TROTSKY, Leon. *Revolução Permanente*. São Paulo: Kairós. 1985.

TROTSKY, Leon. *The lessons of October*. Chicago: Haymarket Books, 2017.

VATLIN, A.; SMITH, S. A.. The Comintern. In: SMITH, S. A (Ed). *The Oxford Handbook of the History of Communism*. Oxford: Oxford University Press, 2014. p. 187-202.

VIGEVANI, Tullo et al. A contribuição marxista para o estudo das Relações Internacionais. *Lua Nova*, v. 83, p. 111-143. 2011.

WALTERS, R. W. The impact of slavery on 20th-and 21st- century black progress. *The Journal of African American History*, v. 97, n. 1–2, p. 110-130. 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. *The essential Wallerstein*. New York: The New Press, 2000.

WILSON, W. J. *The declining significance of race*. Chicago: University of Chicago Press, 1978.

WOLDEMIKAEL, T. A Case Study of Race Consciousness Among Haitian Immigrants. *Journal of Black Studies*, v. 20, n. 2, p. 224-239, dezembro. 1989.

X, Malcolm. “Malcolm X on Front Page Challenge,” *CBC Digital Archives*, disponível em <<http://cbc.ca.mevn.net/archives/entry/1965-malcolm-x-on-front-page-challenge>> Acesso em: 11\11\2017.

ZUMOFF, J. A. The American Communist Party and the “negro question” from the founding of the party to the Fourth Congress of the Communist International. *Journal for the study of radicalism*, v. 6, n. 2, p. 53-89. 2012.